

A capela sepulcral da família Ferreira

relações socio-artísticas entre o
Porto e a Régua na década de 1840¹

Francisco Queiroz *

Introdução

António Bernardo Ferreira nasceu em S. Faustino do Peso da Régua a 13 de Março de 1812. Era filho do Fidalgo Cavaleiro da Casa Real e Cavaleiro da Ordem de Cristo António Bernardo Ferreira (Godim, 1787-1835) e de Josefa Gertrudes da Silva Pereira (1782-1851). António Bernardo Ferreira casou com a sua prima Antónia Adelaide Ferreira (4 de Julho de 1811 – 26 de Março de 1896), filha do abastado José Bernardo Ferreira e de Margarida Rosa de Carvalho Gil².

António Bernardo Ferreira cedo manifestou uma tendência à vida boémia de *bon-vivant*. O pai mandou-o estudar num colégio em Inglaterra, na esperança de moldar a sua personalidade de forma mais pragmática. De qualquer modo, António Bernardo Ferreira tinha uma personalidade bem diferente da sua mulher e prima, Antónia Adelaide Ferreira, mais tarde celebrizada como D. Antónia, ou *Ferreirinha da Régua*³. Porém, havia algo em comum: a vocação para o negócio e a capaci-

* francisqueiroz@clix.pt <http://franciscoeanamargarida.planetaclix.pt>

¹ Este trabalho tem como base partes do capítulo 6.1 da nossa tese de Doutoramento em História da Arte: *Os Cemitérios do Porto e a arte funerária oitocentista em Portugal. Consolidação da vivência romântica na perpetuação da memória*, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2003, vol. I, tomo 1, p. 610-667. Uma vez que esta tese não se encontra publicada, optamos por manter em rodapé várias das referências às fontes originais.

² Esta última faleceu em 1859 e era filha de Pedro Gil, negociante galego estabelecido na Régua.

³ Sobre Antónia Adelaide Ferreira veja-se PEREIRA, Gaspar Martins / OLAZABAL, Maria Luísa Nicolau de Almeida – *Dona Antónia*. Porto, Edições Asa, 1996.

dade de empreendimento, aliados a um contexto familiar já desafogado e com tradições comerciais.

Antônio Bernardo Ferreira foi um abastado negociante de vinhos e proprietário, quer no Porto, quer na região do Douro. Porém, foi negociante em muitas outras áreas, podendo mesmo afirmar-se que tudo o que desse rendimento lhe interessava, mesmo em empresas mais arriscadas. Em termos de negócios, Antônio Bernardo Ferreira possuía um perfil de investidor muito semelhante ao do seu contemporâneo e bem conhecido Barão de Massarelos. Antônio Bernardo Ferreira foi accionista da efêmera Companhia de Artefactos da Seda e também da importante Companhia de Artefactos de Metais. Antônio Bernardo Ferreira foi igualmente accionista da Companhia de Transportes União e da Empresa Portuense de Navegação a Vapor, em 1841⁴. Aliás, Antônio Bernardo Ferreira teve papel preponderante na aquisição para a empresa do famoso vapor “Vesúvio”, que deve o nome à não menos célebre Quinta do Vesúvio, em Freixo de Numão, da qual Antônio Bernardo Ferreira foi também proprietário.

Antônio Bernardo Ferreira investiu igualmente na imprensa, tendo pertencido à empresa do jornal “A Coallisão”⁵. Dedicava-se também a empréstimos de capital para outros negociantes do Porto, o que lhe causou alguns dissabores, nomeadamente pelos vários negócios de grandes quantias mantidos com o industrial Luciano Simões de Carvalho, que ficou a dever muito dinheiro aos herdeiros de Antônio Bernardo Ferreira.

A morte de Antônio Bernardo Ferreira

Os indícios de uma doença grave terão talvez surgido em Antônio Bernardo Ferreira a 7 de Setembro de 1843, após uma estadia em Lisboa. Aliás, em 28 de Setembro de 1843, Antônio Bernardo Ferreira mandou suspender as obras do seu palacete da Trindade⁶. Entretanto, Antônio Bernardo Ferreira desmultiplicou-se em viagens prolongadas. Em 17 de Junho de 1844 tinha vindo de Londres e, poucos dias depois, já partia para Paris⁷. Um mês depois, embarcava novamente para Londres⁸.

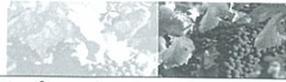
⁴ Cf. ARQUIVO HISTÓRICO DE D. ANTÓNIA ADELAIDE FERREIRA (A.H.A.A.F.), *Livro de Lembranças II*, 1841-1845, s.f.

⁵ Cf. IDEM, *Livro de Lembranças III*, 1845-1850, 6 de Agosto de 1846.

⁶ Cf. IDEM, *Livro de Lembranças II*, 1841-1845, 7 e 28 de Setembro de 1843.

⁷ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1841-1845, 17 de Junho de 1844.

⁸ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1841-1845, 26 de Julho de 1844.



No Outono de 1844, António Bernardo Ferreira encontrava-se em Paris, cidade onde faleceu, a 5 de Novembro de 1844⁹. As testemunhas do óbito foram Manuel José Mendes Leite (proprietário, de 34 anos) e José Maria de Sousa (secretário, de 28 anos), ambos moradores na Rue Lafitte, 40, onde António Bernardo Ferreira se tinha hospedado em Paris¹⁰.

Quando António Bernardo Ferreira morreu, a importante *Compagnie Générale des Sépultures* foi contratada por José Maria de Sousa para todo o serviço fúnebre¹¹. Houve pompa, mas não tanta como seria de supor, face ao que era então comum em Paris. O formulário da conta relativa a António Bernardo Ferreira elucida-nos que, na casa mortuária, poderia ter sido fornecido estrado, cruz, candelabros, círios, etc., mas António Bernardo Ferreira teve apenas “*drap mortuaires en velours galonné en argent*”, ao preço de 30 francos¹². Na igreja, o cadáver de António Bernardo Ferreira teve “*un double bandeau avec son encadrement (24 FF), représentation sur le dais, couverte en velours noir, galonné à franges d’argent à Torsades (40 FF)*”, bem como um estrado e 20 candeeiros dourados. Mas o formulário da conta previa muito mais: pateras e drapeados à antiga, decoração na igreja, etc.¹³. No exterior da igreja – a paroquial de Saint Roch – foi colocada decoração fúnebre com franjas e galões (24 francos) e pares de “*rideaux avec patères et embrasses (frangés) en argent (24 FF)*”¹⁴.

Quanto ao cortejo fúnebre, António Bernardo Ferreira teve um «*corbillard attelé de deux chevaux avec la petite garniture à franges d’argent y compris la housse du siège, les housses et les plumets (120 FF), 4 hommes de deuil et le loyer de leur habillement (32 FF), 1 livrée (15 FF) (...) deux caparaçons avec larmes, étoiles, franges et galons d’argent (40FF), guides argentées au corbillard (6FF), aiguillettes en velours brodées en argent pour un cocher (5 FF)*», quatro carros drapeados a 15 francos cada e dois carros envernizados. Note-se que o formulário da conta previa um mínimo de quatro destes carros e, pelo menos, oito homens de luto. Também previa muitos outros objectos que não foram utilizados no cortejo, como as tochas,

⁹ Cf. “Periódico dos Pobres no Porto”, n.º 218, 14 de Setembro de 1849, p. 873.

¹⁰ Cf. A.H.A.A.F., Pasta com documentos avulsos sobre a morte de António Bernardo Ferreira.

¹¹ Cf. IDEM, *Ibidem*.

¹² Cf. IDEM, *Ibidem*.

¹³ Cf. IDEM, *Ibidem*.

¹⁴ Refira-se que, aos ofícios na igreja, assistiram José Luciano Travassos Valdez (Conde do Bonfim e Ministro Secretário de Estado Honorário) e Bernardo Daupias (Barão de Alcochete e Cônsul Português em Paris). Cf. IDEM, *Ibidem*.

o mestre de cerimónias, figuras alegóricas, catafalco, carpideiras, mantos para se vestirem os pobres que viessem ao cortejo, etc.¹⁵.

A condução ao Cemitério de Montmartre custou 8 francos e foi necessário pagar mais 49 francos "*pour le chant dit contrepoin, offrande, chaises ou stalles*" e mais 5 francos pelos crepes para os oficiais da igreja, para além de outros suplementos não discriminados na conta¹⁶. Não podemos também esquecer a aquisição de terreno no cemitério, um caixão em madeira de pinho com pegas em ferro polido (60 francos) e respectivo caixão de chumbo (200 francos). Adicione-se 40 francos pela placa de cobre colocada sobre o caixão, 18 francos pelo transporte do caixão no cemitério e mais 18 francos para "*ouverture et fermeture du caveau*"¹⁷. Finalmente, assinalemos os cem bilhetes/convite em papel de luto, previamente dobrados, que custaram 9 francos.

Toda a despesa resultou na grossa quantia de 1.296,75 francos, pagos em 9 de Novembro de 1844¹⁸. Contudo, a conta relativa a António Bernardo Ferreira enquadrou-se num mero funeral de 3ª classe e, mesmo assim, não foram utilizados muitos dos serviços que essa categoria de funeral pressupunha.

António Bernardo Ferreira foi embalsamado em Paris e várias outras despesas foram feitas nesta cidade, sendo as contas das mesmas enviadas para o Porto por José Maria de Sousa, que tratou de todo o processo. Esta questão encontra-se excepcionalmente bem documentada, incluindo-se mesmo os medicamentos que António Bernardo Ferreira tomou em Paris, relatórios médicos e toda a burocracia que impediu uma chegada mais célere do cadáver ao Porto¹⁹.

A chegada do cadáver de António Bernardo Ferreira ao Porto

Após intermináveis diligências e contratempos, foi finalmente trazido o cadáver de António Bernardo Ferreira, no brigue "D. Pedro", do Havre de Grace para o Porto, onde chegou a 26 de Janeiro de 1845. Custou 9\$820 o frete do barco, mas foi necessário pagar novamente um conserto no caixão, antes de ter sido este transportado do barco para o Cemitério Catacumbal da Ordem Terceira de S. Francisco, em 27 de Janeiro de 1845, o que importou em 39\$600. O préstito incluiu um "*carrinho armado com fazenda toda nova e guarnecida com galoins entre finos o*

¹⁵ Cf. IDEM, *Ibidem*.

¹⁶ Cf. IDEM, *Ibidem*.

¹⁷ Cf. IDEM, *Ibidem*.

¹⁸ Cf. IDEM, *Ibidem*.

¹⁹ Cf. IDEM, *Ibidem*.



mais rico possível e os moxos cobertos com baetas tudo muito assiado", puxado por uma parelha de cavalos, cujo aluguer custou 30\$000. A esta despesa adicionem-se os quatro homens vestidos de preto que conduziram o caixão ao Cemitério de S. Francisco (1\$920) e a retribuição ao boleeiro (\$480)²⁰. Tudo foi arranjado pelo armador José da Silva, que recebeu o importe da conta apenas em 14 de Julho de 1846. Foram também impressas cartas fúnebres pela tipografia de João Nogueira Gandra & filhos, pagas em 10 de Janeiro de 1845²¹.

Esta cerimónia fúnebre foi noticiada na imprensa:

*"Consta-nos que enquanto se não arranja o local no cemitério público do Pezo da Régua, que a expensas da sua família se está arranjando, fica o cadáver depositado (particularmente) nas catacumbas de S. Francisco (...) até ser conduzido para o jazigo de família que no dicto cemitério se prepara"*²².

Idêntico propósito é relatado em 27 de Janeiro de 1845 no Livro de Lembranças da família Ferreira: o cadáver iria ficar em S. Francisco *"até que no Pezo se compo-nha o cemitério e se arranje a capella que lhe hade servir de jazigo"*²³.

Esta intenção é confirmada em duas cartas não datadas e, provavelmente, nunca enviadas, as quais foram escritas após a morte de António Bernardo Ferreira e antes da chegada do seu cadáver ao Porto, ou seja entre Dezembro de 1844 e o início de Janeiro de 1845. Numa destas cartas, Antónia Adelaide Ferreira pede (ao Governador Civil do Porto?) autorização para realizar as exéquias na Régua. Na segunda carta, que nem sequer está assinada, Antónia Adelaide Ferreira pede (ao General da Divisão?) quatro soldados da Guarda Municipal para acompanhar o cadáver de António Bernardo Ferreira a S. Faustino do Peso da Régua, de onde ele era natural e *"onde se lhe está preparando o competente jazigo"*²⁴.

Existe também um parecer, feito a pedido da família do finado, não datado (talvez de meados de Janeiro de 1845), recomendando um pedido de autorização ao Bispo do Porto de modo a efectuar-se a trasladação para a Régua, mesmo que o cadáver ficasse no Cemitério de S. Francisco temporariamente (facto que isentava

²⁰ Cf. IDEM, *Ibidem*.

²¹ Cf. IDEM, *Ibidem*.

²² Cf. "Periódico dos Pobres no Porto", n.º 23, 27 de Janeiro de 1845, p. 94. Para mais detalhes sobre a inspecção ao cadáver veja-se *Ibidem*, n.º 25, 29 de Janeiro de 1845, p. 101.

²³ Cf. A.H.A.A.F., *Livro de Lembranças II*, 1841-1845, s.f.

²⁴ Cf. IDEM, Pasta com documentos avulsos sobre a morte de António Bernardo Ferreira.

a obtenção de qualquer permissão do bispado)²⁵. Era também recomendável que se fizessem honras fúnebres junto ao jazigo na Régua, com a pompa que a família pretendia, mas que na ida para o local de enterramento bastaria levar luzes acesas junto ao cadáver²⁶.

Refira-se que uma das despesas feitas por Antónia Adelaide Ferreira com o armador José da Silva, na altura da condução às catacumbas de S. Francisco, foi a das *"andas que estiverão armadas passou de dois mezes para a condução para o Douro"*, no valor de 7\$200²⁷. Assim, podemos concluir que o jazigo-capela da família Ferreira fora pensado para a Régua, pelo menos, já em finais de 1844. Indicia-se que o Cemitério do Peso da Régua já existisse, embora não de forma moderna, pois não se coloca a hipótese de construir o jazigo-capela sem antes se fazer obras profundas no cemitério. Indicia-se também que a ideia inicial era conduzir o cadáver para a Régua pouco tempo depois de ter chegado ao Porto.

É interessante que a família Ferreira não tenha escolhido erigir o monumento sepulcral no Cemitério da Lapa, onde seria mais um junto a outros já ali existentes. Antes preferiu arranjar propositadamente o cemitério da terra natal do finado, onde o novo jazigo-capela pudesse ser destacado e nunca igualado em magnificência. Mas, se em 1844 já haveria a ideia do jazigo-capela e se estavam a ser feitas diligências para arranjar o terreno de modo a preceder posteriormente à sua construção (e construção do próprio cemitério), o que é certo é que só em 1849 foi feita a trasladação dos restos mortais de António Bernardo Ferreira.

Em suma, a construção do Cemitério da Régua tal como hoje existe deveu-se essencialmente ao falecimento de António Bernardo Ferreira. A viúva mandou construir o cemitério a suas expensas, facto que não veio a ser único no século XIX. Felizmente, este processo encontra-se relativamente bem documentado no arquivo familiar, o que o torna paradigmático a vários níveis²⁸. Pelo seu interesse, iremos abordá-lo detalhadamente.

²⁵ Note-se que António Bernardo Ferreira era Vice-ministro honorário da Ordem Terceira de S. Francisco, percebendo-se porque ficou depositado no seu cemitério catacumbal. Cf. IDEM, *Ibidem*.

²⁶ Cf. IDEM, *Ibidem*.

²⁷ Cf. IDEM, *Ibidem*.

²⁸ O nosso agradecimento ao Arquivo Histórico da empresa A. A. Ferreira, SA., pela permissão de acesso ao seu acervo documental.



A alienação de património dos herdeiros de António Bernardo Ferreira

António Bernardo Ferreira residiu no Porto, em Vilar, embora fosse proprietário no Douro. Na sua casa de Vilar, António Bernardo Ferreira possuía vários cavalos e carruagens e mesmo um teatro particular, dotado de “*excelentes*” figurinos²⁹. O seu bilhar era também excelente, bem como a sua vasta biblioteca³⁰. Detivera igualmente uma casa com mirante na Foz (Rua de Cima, 30-31). Todos estes bens foram colocados à venda a partir de 1845.

Refira-se que, em 22 de Abril de 1845, foi enviada para a Régua a lista dos louvados para as peças do finado António Bernardo Ferreira que, supomos, iam ser vendidas. Entre vários nomes, encontramos o de José Luís Nogueira, morador na Rua do Sério, como louvado escolhido para as obras de pedreiro. Para as obras de escultura foi escolhido como louvado Emídio Amatucci e para as obras de retrato designou-se o pintor João António Correia (morador no Largo do Corpo da Guarda).

Em 26 Junho de 1845, estava já à venda a livraria com dois mil volumes e o museu particular de António Bernardo Ferreira, que estavam na casa de Vilar³¹. Em Julho de 1845, procediam-se ainda a louvações da prataria existente na casa de Vilar³². No mesmo mês também se procederam a avaliações de bens existentes em Lisboa, tendo Antónia Adelaide Ferreira recebido a lista dos avaliadores dos móveis em 29 de Julho de 1845, a qual remeteu para a Régua. Encontramos na lista vários nomes com interesse, como os dos artistas escolhidos: José Inácio de Sampaio (Rua Couceiro, 26); o arquitecto da Câmara Municipal de Lisboa Malaquias Ferreira Leal (Calçada do Duque, 68) e o pintor Joaquim Rafael (Rua da Bica, 40, em Belém)³³.

Em 20 de Agosto de 1845, foram postos à venda carruagens, cavalos, um cosmorama, grandes candeeiros e muitos outros objectos de luxo que pertenceram a António Bernardo Ferreira. Os arrematantes foram, entre outros, Carlos José Marinho, António Bernardo de Brito e Cunha, Custódio Teixeira Pinto Basto e João Vieira Pinto³⁴. Por curiosidade, refira-se que António Bernardo Ferreira pos-

²⁹ Cf. “*Periódico dos Pobres no Porto*”, n.º 52, 1 de Março de 1848, pp. 219.

³⁰ Cf. *Ibidem*, ano de 1845, p. 654.

³¹ Cf. A.H.A.A.F., *Livro de Lembranças II*, 1841-1845, s.f.

³² Cf. IDEM, *Ibidem*, 1841-1845, s.f.

³³ Cf. IDEM, *Livro de Lembranças III*, 1845-1850, fl. 1.

³⁴ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1845-1850, fl. 2.

suíra camarote cativo no Teatro de S. João, o qual foi arrematado pelo *brasileiro* Francisco Gonçalves de Aguiar em 28 de Agosto de 1846³⁵.

Pudemos constatar pela imprensa e pela documentação de arquivo que ficou da família Ferreira, que estas vendas continuaram com maior regularidade nos dois anos seguintes à morte de Antônio Bernardo Ferreira, mas prolongando-se até 1848. Como estas vendas foram feitas por fases, somos levados a pensar que talvez servisse parte do seu produto para financiar a própria despesa das obras do cemitério e do jazigo-capela na Régua.

Através de todo este processo de alienação de património, ficamos com a clara impressão de Antônio Bernardo Ferreira ter sido um homem de esmerado gosto e ilustração, viajado, para além de muito rico. Antônio Bernardo Ferreira era certamente um verdadeiro amante das artes, tendo sido até arrematante de peças de ourivesaria provenientes do extinto Convento de S. Bento da Avé Maria.

Porém, apesar de toda a alienação, a herança do casal manteve grande parte dos imóveis. Em 1847, os prédios do Porto que pertenciam à herança do casal Antônio Bernardo Ferreira e Antónia Adelaide Ferreira foram assim enumerados: Rua de S. Francisco, 14 (escritório da empresa familiar) e do “*lado da ourivesaria*” n.ºs 1, 2, e 3; Rua do Bonjardim, 134-138; Praça da Trindade “*palácio por acabar (litígio)*”; Rua do Estevão, 42; Travessa da Trindade, 32-35; Rua Bela da Princesa, 330-334³⁶.

Início das obras no Cemitério do Peso da Régua

Na “*Conta da Administração do Casal do falecido Antônio Bernardo Ferreira no Logar da Regoa em 1845*”, entre várias despesas, constam 53\$760 em esmolas estabelecidas por Antônio Bernardo Ferreira aquando do seu enterro e 219\$800 de despesas para o funeral, o qual “*não pode ter logar neste anno por attendíveis razões*”³⁷. Também constam 94\$115 referentes a “*diversos p^{os} custo e mais despesas do terreno comprado para alargar o cemitério do Pezo da Regoa*”³⁸. Para este ano, não surgem mais despesas relativas ao cemitério.

Os documentos de caixa do ano de 1845 aludem à referida verba de 94\$115, paga em 30 de Novembro de 1845, pelo custo e mais despesas do terreno para cemitério. Mas surge também a já referida verba de 219\$800, relacionada com o

³⁵ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1845-1850.

³⁶ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1845-1850, 5 de Maio de 1847.

³⁷ Cf. IDEM, Pasta com documentos avulsos sobre o Cemitério do Peso da Régua.

³⁸ Cf. IDEM, *Ibidem*.



funeral do António Bernardo Ferreira em Janeiro de 1845, subentendendo-se que foi o funeral no Porto, mas que a despesa estava prevista para um funeral na Régua³⁹.

Assim, supomos que as obras no Cemitério da Régua não terão começado logo após o encerramento de António Bernardo Ferreira nas catacumbas de S. Francisco. De facto, só em 16 de Agosto de 1845 Antónia Adelaide Ferreira escreve ao seu procurador na Régua, Joaquim Monteiro Maia⁴⁰, referindo estarem quase resolvidas as dúvidas e embaraços quanto ao terreno onde, no cemitério, se devia fazer a obra. Infelizmente, não foi possível apurar em tempo útil que embaraços eram estes. Sabemos apenas que Antónia Adelaide Ferreira pediu a Joaquim Monteiro Maia para este mandar fazer o jazigo de acordo com a planta aprovada e toda a restante obra do cemitério, tirando o dinheiro para a despesa da conta de Antónia Adelaide Ferreira, mas consultando-a sempre a par e passo⁴¹.

Em 18 de Agosto de 1845, Joaquim Monteiro Maia escreve da Régua mostrando-se ciente das duas cartas que Antónia Adelaide Ferreira enviara para a Régua em 15⁴² e 16 de Agosto. Nesse mesmo dia, Joaquim Monteiro Maia ia ver o que tinha “*embaraçado a execução daquelas obras*”, para que se pudessem começar os trabalhos rapidamente⁴³.

Contudo, pela correspondência trocada entre a Régua e o Porto, depreendemos que Joaquim Monteiro Maia não mais interveio neste processo. De facto, quem viria a tratar da obra do cemitério foi José Luís de Sousa Neves, administrador da casa Ferreira no Douro. Deve-se em grande parte a este homem o zelo empregado na obra do Cemitério da Régua e na própria obra do jazigo que Antónia Adelaide Ferreira queria ali erigir.

Em relação à planta referida na carta de Antónia Adelaide Ferreira de 16 de Agosto de 1845, desconhecemos a sua autoria e datação. Provavelmente, teria sido aprovada vários meses antes da carta que a refere, senão mesmo antes da própria vinda do cadáver de António Bernardo Ferreira para o Porto. Apesar de tudo, por indícios que serão apresentados adiante, podemos lançar algumas hipóteses sobre a autoria do risco desta importante obra cemiterial.

Infelizmente, não pudemos obter dados concretos sobre o início da obra de pedreiro e sua primeira fase de construção, pois os documentos respectivos não

³⁹ Cf. IDEM, *Documentos de caixa*, 1845.

⁴⁰ Joaquim Monteiro Maia pertenceu à Direcção da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, em 1849.

⁴¹ Cf. A.H.A.A.F., *Copiador de correspondência expedida*, 1844-1850.

⁴² Esta carta não foi registada no copiador de correspondência expedida.

⁴³ Cf. IDEM, *Correspondência recebida*, 1845.

existem hoje no arquivo histórico da família Ferreira. Apenas existem os documentos de despesa emitidos no Porto e os resumos das verbas pagas na Régua. Porém, mesmo estes resumos são algo omissos quanto à obra do cemitério, talvez por esta ser de carácter particular e não um assunto de negócios. Assim, a obra do cemitério paga na Régua não poderá ser aqui totalmente desvendada, sobretudo ao nível da pedraria e carpintaria. Aliás, desconhecemos ainda o nome do mestre carpinteiro. Também não foi possível apurar quanto custou, no total, a obra do cemitério e do jazigo-capela.

No resumo das contas da Régua, em 1846, surgem apenas duas despesas relacionadas com o cemitério, mas não estão especificadas. Uma foi registada em Fevereiro de 1846 e importava em 3\$425. Não aventamos sequer uma hipótese quanto à natureza desta despesa. Contudo, a despesa de 1.375\$600, registada em Julho de 1846, pela avultada quantia, poderá ser referente à obra de mestre pedreiro⁴⁴.

A ser assim, a obra de pedreiro poderá ter sido iniciada no segundo semestre de 1845 e ficado parcialmente concluída em meados de 1846. Aliás, em 21 de Abril de 1846, Antónia Adelaide Ferreira escreve da Régua dizendo: *“tenho precisão de huma porção de taboado de pinho para obras do cemitério desta freguesia, por conta do qual muito desejava que na volta deste barco me remetesse ao menos 6 duzias de taboas, de solho e outras 6 duzias de forro, limpo e de 12 palmos de comprido – em outra ocasião direi o todo da encomenda, cuja importância lançará na caixa como despesa da minha conta”*⁴⁵.

O homem que tratou de todo o processo na Régua, José Luís de Sousa Neves, escreveu da Régua em 15 de Novembro de 1846, informando José João da Silva Azevedo (administrador do escritório do Porto) que Antónia Adelaide Ferreira dera ordem de envio de dinheiro para a Régua, de modo a suprir várias despesas e também para a obra do cemitério, sugerindo José Luís de Sousa Neves o envio de duzentas ou trezentas moedas⁴⁶.

A dificuldade das obras no Cemitério do Peso da Régua

Contudo, temos indícios de que a obra do Cemitério da Régua terá ficado muito incompleta em 1846 e chegou mesmo a parar quase totalmente. A demora neste processo originou alguma correspondência para o Porto, o que nos dá pistas para podermos perceber o que se passou.

⁴⁴ Cf. IDEM, *Documentos de caixa*, 1846.

⁴⁵ Cf. IDEM, *Correspondência recebida*, 1846.

⁴⁶ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1846.



Em 14 Fevereiro de 1847, José Luís de Sousa Neves escreve para o Porto informando necessitar de cinco dúzias de solho de pinho para solhar a capela do cemitério, o que significa que esta já estava levantada. José Luís de Sousa Neves especificava que o solho devia ser bem seco e com as seguintes medidas: quatro dúzias de doze palmos de comprido e um palmo e uma polegada de largo e uma dúzia com o mesmo comprimento mas com dois palmos de largo⁴⁷. Porém, para o ano de 1847, a única despesa com o cemitério registada no resumo de caixa da Régua é de 9\$120 referente a “*diversos objectos remetidos para o cemitério do Pezo*”, nomeadamente tabuado escolhido⁴⁸. Deduzimos que esta despesa se reporte ao pedido feito em 14 de Fevereiro de 1847, até porque a despesa foi registada em Fevereiro. Contudo, só em 7 de Abril de 1847 temos notícia do envio para a Régua de cinco dúzias de tábuas de pinho para as obras do cemitério⁴⁹.

Assim, julgamos que a obra terá parado em meados de 1847, talvez não por vontade de Antónia Adelaide Ferreira. De facto, em 17 de Outubro de 1847 foi enviada uma carta ao “*mestre das obras do cemitério do Pezo da Regoa, Manuel Domingos, para Villa Nova de Cerveira, a fim de se saber se elle ainda tem demora alli, ou se vem breve para no caso de não vir breve se procurar outro para concluir aquellas obras*”⁵⁰. Ficamos assim a saber o nome do mestre pedreiro – Manuel Domingos da Costa Barreira - e a razão do atraso da obra.

Mesmo assim, os Ferreira tinham esperanças que a obra fosse retomada ainda nesse ano de 1847: em 11 de Novembro de 1847, um orçamento aproximado de despesas a fazer entre Novembro e Dezembro de 1847 na administração da casa dos herdeiros de António Bernardo Ferreira no Alto Douro, prevê 200\$000 em que “*poderão importar as férias de pedreiro na obra do cemitério*”⁵¹.

Todavia, o mestre pedreiro Manuel Domingos da Costa Barreira continuava fora da Régua pois, em 27 de Dezembro de 1847, José Luís de Sousa Neves escreveu a José João da Silva Azevedo o seguinte: “*hum destes passados dias veio aqui de propósito hum official do mestre das obras do cemitério, assegurar por parte d’aquelle que a sua vinda se verificava por estes 15 dias, por isso que os affazeres que até agora o embargavam estão terminados*”⁵².

⁴⁷ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1847.

⁴⁸ Cf. IDEM, *Documentos de caixa*, 1847.

⁴⁹ Cf. IDEM, *Livro de Lembranças III*, 1845-1850.

⁵⁰ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1845-1850, fl. 36.

⁵¹ Cf. IDEM, *Correspondência recebida*, 1847.

⁵² Cf. IDEM, *Ibidem*, 1847.

Mas o mestre pedreiro não cumpriu com a promessa pois, em 26 de Janeiro de 1848, José Luís de Sousa Neves informava o escritório do Porto: *“accabo de receber huma carta do Mestre das obras do cemitério do Pezo – Manoel Domingos da Costa Barreira, em que promette estar aqui no dia 6 de Fevereiro, para continuar a accabar a mesma obra, desejando eu muito e muito que assim se verifique”*⁵³.

No resumo de caixa da Régua para 1848 não se referem despesas com a obra do cemitério. Contudo, sabemos que a obra de pedreiro terá sido retomada e o jazigo-capela estava já bastante adiantado em meados desse ano. Em 31 de Maio de 1848, José Luís de Sousa Neves escreve a José João da Silva Azevedo:

“(…) Aqui junto encontrará V. S^a huma nota feita pelo Mestre Pedreiro do cemitério do Pezo, que contém as dimensões do camarim da capella do jazigo que no mesmo se está construindo afim de que à vista dellas se possa ahi mandar fazer o emblema próprio para ser collocado no referido camarim. Este emblema, segundo gosto seguido em algumas capellas do Cemitério da Lapa nessa cidade, pode consistir, segundo me dizem os que têm visto, em huma figura da Saudade ou de Religião, ou simplesmente huma cruz de mármore preto, e V. S^a fazendo huma digressão à Lapa melhor pode observar as obras que ali há neste género, e segundo a vontade ou escolha da Exma. Snra. D. Antónia mandar proceder à feitura do tal emblema, tendo em vista que a capella do jazigo do Pezo he magnifica, sendo por isso conveniente que tudo corresponda.

*A mesma notta contém a declaração do comprimento e largura de 12 louzas que hão-de servir de tampas às 12 catacumbas que se contém na maneira da capella, as quaes devem ser feitas com toda a certeza da medição e com os competentes furos nos quatro cantos para receber os parafusos que as sustentão, e bom será cuidar-se destas obras para vermos se chega o dia em que vejamos ultrapassados estes trabalhos”*⁵⁴.

Esta carta é de suma importância. Por um lado, manifesta um certo gosto cosmopolita na opção por rematar o interior do jazigo-capela com peças decorativas feitas no Porto (altar e lápides para fecho dos gavetões), quando certamente o mestre Manuel Domingos da Costa Barreira poderia realizar toda a obra em granito, se assim fosse necessário. Por outro lado, evidencia-se a importância do Cemitério da Lapa como o modelo de toda a arquitectura funerária oitocentista do noroeste de Portugal, sobretudo na sua fase mais recuada, mesmo no caso de um jazigo-capela considerado na época como *magnífico*, e que – de facto – nada deve em

⁵³ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1848.

⁵⁴ Os sublinhados são nossos.



monumentalidade aos jazigos-capela do Cemitério da Lapa. Aliás, a opção pelas lousas para fecho dos gavetões foi certamente também inspirada nos jazigos-capela já então existentes na secção lateral do Cemitério da Lapa. É interessante notar a hipótese das figuras da Saudade ou da Religião, quando as capelas do Cemitério da Lapa que então ali existiam, como se viu, não possuíam no interior estas alegorias, mas sim altares encimados por cruces, algumas das quais em calvário (apoiadas sobre monte de pedras estilizado). Talvez esta hipótese se baseasse na existência de figuras da Religião e da Saudade no exterior de jazigos erigidos no Cemitério da Lapa, como são os casos da capela dos Castro Pereira e do desaparecido mausoléu de José Gomes Ribeiro Galvão (figura 1). Também é notório que as opções arquitectónicas da capela seriam decididas com base no gosto de Antónia Adelaide Ferreira, mas contando com a opinião dos administradores da casa, após consulta avisada aos mestres, como se irá repetir mais adiante.

A influência dos Costa Lima na obra da Régua

José Luís de Sousa Neves tinha alguma urgência nesta questão dos acabamentos do jazigo-capela pois, em 4 de Junho de 1848, escreve novamente para o Porto pedindo a resolução de Antónia Adelaide Ferreira sobre o emblema que prefere para ser colocado no camarim da capela *“porque assim he conveniente para se ultimar hum rematte de cantaria na mesma capella”*⁵⁵.

Nesta época, a obra do jazigo-capela ia avançada e a capela do cemitério também estaria já parcialmente construída, como vimos. Quanto ao portal de entrada do cemitério, também já devia estar quase pronto de pedreiro. De facto, em 12 de Julho de 1848, José Luís de Sousa Neves escreve para o Porto remetendo num canudo de lata *“o risco do pórtico do cemitério com a grade de ferro que o hade de fechar, afim de que V. S^a [José João da Silva Azevedo], depois de consultar a Ex.ma Snra. D. Antónia Adelaide Ferreira, se sirva mandar fazer na fábrica do Bicalho, ou onde for mais conveniente a chapa de ferro para a inscrição, a clepsidra e o craneo, peggas que aqui não sabem executar. No mesmo risco, que foi feito pelo fallecido Costa Lima, architecto dessa cidade, declara-se, em nota de lápis, que a chapa de inscrição he huma lâmina de ferro e a clepsidra e craneo são de chumbo: quanto às proporções destas peggas devem ser reguladas exactamente pelo petipé que o mesmo risco contém, para serem encaixadas no seu lugar competente, e segurar com parafusos, ou o que for costume. Parece-me que a inscrição mais apropiada para*

⁵⁵ Cf. A.H.A.A.F., *Correspondência recebida*, 1848.

se escrever na lâmina de ferro será «memento homo, qui pulvis es, et in pulverem reverteris» mas V. S^a lá consultará, advertindo que esta inscrição deve vir d'ahi feita na mencionada lâmina. Quanto à grade de ferro, tenho combinado com o serralheiro de Lobrigos, freguez do Illmo. Snr. José Bernardo Ferreira, que tem de hir a essa cidade por estes 15 dias, para escolher o ferro e combinar com V. S^a em presença d'outro mestre serralheiro d'ahi sobre o preço do feitio da referida grade, convindo muito que este preço seja regulado em presença” de José Bernardo Ferreira⁵⁶.

Por esta carta, percebe-se novamente que a obra estava a ser feita ao gosto de Antónia Adelaide Ferreira, mas com intervenção (sobretudo monetária) do seu pai, José Bernardo Ferreira. Também é interessante a proposta de escolha da Fundição do Bicalho para a realização da iconografia fúnebre a colocar no portão do cemitério, mostrando que seria, então, a fábrica mais conhecida do Porto. Note-se que, em 1848, a Companhia de Artefactos de Metais, que fora parcialmente detida por António Bernardo Ferreira anos antes, estava a concluir o processo de liquidação⁵⁷. A respectiva fábrica de fundição decaíra bastante, já não conseguindo competir com a do Bicalho, embora esta última não estivesse também a passar por um bom momento. Note-se como José Luís de Sousa Neves assinala que, na Régua, ninguém sabia fazer essas peças em ferro fundido. Através deste exemplo, torna-se bem claro como as fábricas de fundição foram importantíssimas para uma nova estética funerária no século XIX.

Mas mais importante e intrigante é a atribuição do risco do “pórtico” do cemitério ao falecido arquitecto Costa Lima, que só poderia ser Joaquim da Costa Lima Sampaio, pois Joaquim da Costa Lima Júnior era bem vivo em 1848. Ora, Joaquim da Costa Lima Sampaio falecera em 1837. Mesmo que este risco fosse datável do último ano de vida do arquitecto Joaquim da Costa Lima Sampaio, como explicar que um projecto antigo estivesse a ser levado a cabo, se a intenção de se fazer a obra do cemitério parece ser muito posterior à morte do referido arquitecto? Teria Antónia Adelaide Ferreira adoptado um projecto de Joaquim da Costa Lima Sampaio que não se destinava originalmente ao Cemitério da Régua? Não podemos descartar a hipótese de Joaquim da Costa Lima Sampaio ter feito um projecto de “pórtico” especificamente para o Cemitério da Régua, antes de falecer, o qual foi depois seguido com o mecenato dos Ferreira. Quem sabe se os Ferreira não tinham já em

⁵⁶ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1848. Os sublinhados são nossos.

⁵⁷ Sobre a Companhia de Artefactos de Metais, veja-se o nosso estudo *A Companhia de Artefactos de Metais, estabelecida no Porto (1837-1852). Para o estudo monográfico de uma fundição pioneira (a publicar brevemente)*.



mente esse mecenato ainda na década de 1830, tendo sido despoletado o processo apenas após a morte de António Bernardo Ferreira.

Grandes dúvidas permanecem ainda sobre esta questão. Porém, levanta-se aqui uma outra questão ainda mais importante: este projecto do “*fallecido Costa Lima*” limitava-se ao “*pórtico*” de entrada do cemitério ou também incluía a capela do cemitério? O próprio jazigo-capela estaria a ser edificado com riscos antigos do mesmo arquitecto? Não reunimos ainda os elementos documentais suficientes para poder responder a esta enorme dúvida, nem mesmo podemos asseverar o cumprimento fiel do risco de Joaquim da Costa Lima Sampaio na obra da entrada do cemitério, de modo a fazer uma análise comparativa segura. Contudo, uma coisa nos parece certa: os Costa Lima estiveram envolvidos nesta obra. Assim, quer o risco para o “*pórtico*” tivesse sido feito por Joaquim da Costa Lima Sampaio já a pensar no Cemitério da Régua (por encomenda dos Ferreira, ou não), quer tivesse sido adoptado a esse fim posteriormente, os Costa Lima foram peça importante na estética da obra deste cemitério. Aliás, se vier a ser provada a segunda hipótese, o projecto só poderia ter sido obtido através do sobrinho de Joaquim da Costa Lima Sampaio – Joaquim da Costa Lima Júnior – que foi um seguidor das estéticas propostas pelo seu tio, pelo que não teria grande dificuldade em propor um risco do tio para a obra.

Contudo, levanta-se outra questão: porquê o recurso a um projecto antigo, correndo-se o risco de desactualização estética? É certo que o estilo consolidado por Joaquim da Costa Lima Sampaio no início do século XIX vigorava ainda nesta época no Porto. Ora, se Joaquim da Costa Lima Júnior foi um seguidor do seu tio, talvez o risco para portal de entrada cemiterial que foi adoptado na Régua não estivesse muito longe do que Joaquim da Costa Lima Júnior teria feito nas mesmas circunstâncias, após a morte do seu tio. Assim, o risco de Joaquim da Costa Lima Sampaio não foi certamente considerado antiquado, o que é notável, tendo em conta que se tratava de um arquitecto do neopaladiano, estilisticamente ainda ligado aos finais do século XVIII.

Estas são apenas hipóteses, apesar de nos parecer estarem muito perto da verdade histórica. Aliás, temos mesmo indícios de que Joaquim da Costa Lima Júnior possa ter riscado alguma parte desta obra no Cemitério da Régua. De facto, sabemos que este arquitecto prestou serviços regulares à família Ferreira na primeira metade da década de 1840. Alguns deles foram pagos pelo procurador Luís de Moraes Castro, em 1846. Estes serviços não são especificados na documentação compulsada, podendo estar relacionados com o palacete da Praça da Trindade. Porém, não nos admiraria que alguns dos serviços tivessem relação com a obra do Cemitério da Régua.

Em 31 de Agosto de 1846, Luís de Moraes Castro escreveu a Antónia Adelaide Ferreira: *“Fico entregue dos trinta e nove mil trezentos e dez reis, e incluso hade achar na conta o recibo, que a não estar a sua vontade, passarei outro em nova conta que farei; e não repare na especificação das duas notas do Banco, pois como é quanto que tenho a dar ao architecto, careço de que conste que nas mencionadas duas notas a recebi para que elle architecto não ajuize o contrário, e visto que propôs a alternativa de ficar pago com sete, ou oito moedas (...)”*⁵⁸.

Porém, Joaquim da Costa Lima Júnior ficou pouco satisfeito por o pagamento não ter sido feito em metal sonante. De facto, quando o architecto foi levantar as notas de banco, estas estavam desvalorizadas. Ora, não sendo Joaquim da Costa Lima Júnior um capitalista, não podia esperar que os títulos subissem novamente, até porque a tendência geral era ainda de maior descida dos títulos. Por outro lado, o architecto também não podia endossar as mesmas notas, pois não tinha de pagar nenhuma despesa nesse valor. Assim, em 14 de Setembro de 1846, Joaquim da Costa Lima Júnior escreve a José Bernardo Ferreira:

*“Cumpre-me por esta occasião ponderar a V^a S^a que os papéis que tive a honra de fazer não têm rebates, nem descontos, no meo entender valem quanto representão, e de certo trabalhos de tal ordem feitos com desvello, promptidão, e delicadeza, e que me comportarão alguma applicação de espirito, parece que não deverão como em transacções vulgares serem pagos com notas de banco, no seu actual e progressivo estado de descrédito! É uma desconsideração muito marcada, e muito saliente pelos meos serviços! Digne-se V^a S^a aceitar de novo as notas que ahi devolvo, que eu apeteço a honra de juntar gratuitamente esse meo trabalho a outros que até hoje tenho feito para a caza do defunto o Snr. António Bernardo Ferreira, os quaes nunca elle me pagou, accrescendo a isto 4 moedas que à minha custa gastei em uma jornada que fiz a Coimbra em serviço do mesmo Snr. – Espero que V^a S^a se não recusará a reembolsar-se das inclusas notas, e que em outras occasioens iguaes a estas se digne bater a outra porta, ou recorrer a outra pessoa”*⁵⁹.

Perante esta carta de mágoa e de orgulho ferido, José Bernardo Ferreira respondeu no próprio dia, explicando que não se lhe pagou em moeda a quantia pedida porque não se podia dispor facilmente de metal sonante sem reunir-se o conselho de família, pois tratava-se de serviços prestados aos herdeiros de António Bernardo Ferreira e o processo de herança não estava concluído.

⁵⁸ Cf. A.H.A.A.F., *Correspondência recebida*, 1846.

⁵⁹ Os sublinhados são nossos.



Por aquilo que estudámos das contas dos Ferreira, parece-nos esta desculpa algo forçada. Porém, é verdade ter sido um procedimento comum da família Ferreira o pagamento de serviços com títulos, o que poderia ser bastante inconveniente para os prestadores desses serviços.

Refira-se que José Bernardo Ferreira aceitou a devolução das notas e pagou os 34\$400 pedidos pelo arquitecto Joaquim da Costa Lima Júnior, mas o pedido de desculpa que a carta de resposta regista é algo contido. Perante este incidente, ficam-nos bastantes dúvidas sobre se Joaquim da Costa Lima Júnior terá prestado mais serviços para os Ferreira após esta data. De qualquer modo, se Joaquim da Costa Lima Júnior terá realizado tantos serviços regulares para os Ferreira em anos anteriores e se o risco do pórtico do cemitério é do seu tio Joaquim da Costa Lima Sampaio, provavelmente o risco das restantes construções do Cemitério da Régua será de um ou de outro. Esta suposição, que cremos ser bastante fiável, é muito importante para reforçar a nossa tese de ter existido uma grande influência do *estilo* Costa Lima na primeira fase da arquitectura cemiterial da região noroeste de Portugal (décadas de 1830, 1840 e 1850).

A relação entre Manuel José do Couto Guimarães e a família Ferreira

Uma outra hipótese de intervenção na concepção da obra do Cemitério da Régua, apesar de remota, é a de Manuel José do Couto Guimarães, engenheiro que, em 1836, riscou o mausoléu provisório aos Mártires da Pátria, na Santa Casa da Misericórdia do Porto (cujo risco definitivo foi de Joaquim da Costa Lima Sampaio). Manuel José do Couto Guimarães era devedor de quantias à família Ferreira, o que comprova uma relação de conhecimento existente entre as partes e pode levantar hipóteses sobre eventuais serviços de arquitectura prestados para abater as dívidas, embora nada tenhamos encontrado em concreto na documentação de arquivo.

Em 19 de Outubro de 1842, Manuel José do Couto Guimarães obteve de António Bernardo Ferreira um empréstimo de 25\$204. Não apurámos a razão do pedido, mas sabemos que Manuel José do Couto Guimarães teria de saldar a dívida em Março de 1843⁶⁰. Porém, já antes, Manuel José do Couto Guimarães recorrera a António Bernardo Ferreira. Encontrámos um bilhete de 19 de Abril de 1842, em que Couto Guimarães refere não poder estar à hora marcada para tratar do assunto da letra que ele pretendia renovar por três meses, no valor de 500\$000, devido a encontrar-se adoentado⁶¹.

⁶⁰ Cf. A.H.A.A.F., *Documentos de caixa*, 1843.

⁶¹ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1843.

Estes empréstimos colocaram Manuel José do Couto Guimarães em situação delicada para com os Ferreira. De facto, encontrámos um documento de 19 de Julho de 1845 que prova não ter sido paga no devido prazo por Manuel José do Couto Guimarães uma letra de 579\$037 a António Bernardo Ferreira. Tendo este último protestado junto do Tribunal do Comércio, apurou-se no dito Tribunal que Manuel José do Couto Guimarães se encontrava na época em Guimarães e que não tinha *“aqui fundos promptos para este pagamento”*⁶². Efectivamente, em Guimarães e arredores Manuel José do Couto Guimarães terá deixado obra relevante de arquitectura e engenharia, que está ainda por estudar devidamente.

A obra de serralharia do Cemitério da Régua e a intervenção de Emídio Amatucci

Outro aspecto muito interessante na obra do Cemitério da Régua é a atribuição da empreitada da iconografia em ferro para o portão de entrada. De facto, a sugestão de entregar a obra à Fundição do Bicalho foi rejeitada: em 17 de Julho de 1848 *“entregou-se a Emídio Amatucci a planta do pòrtico do cemitério do Pezo da Regoa, para elle ficar com as medidas das partes que no mesmo portico devem entrar de ferro fundido”*⁶³. Ora, esta atribuição de uma obra em ferro a um canteiro de mármore não deixa de levantar inúmeras questões, que não poderão ser respondidas senão com mais documentação referente a obras fúnebres particulares da mesma época e com uma dimensão semelhante a esta, documentação essa que – a existir – será muito rara.

Adiante enumeraremos as razões prováveis de atribuição desta obra em ferro a Emídio Amatucci. Por agora, fixemo-nos na execução propriamente dita do portão de entrada no cemitério. Assim, a 2 de Agosto de 1848, José Luís de Sousa Neves escreveu para o Porto, sendo a carta trazida pelo já referido mestre serralheiro de Lobrigos, Manuel António Joaquim de Sousa, o qual foi escolhido para a obra do portão certamente por ser *“freguez da casa do Illmo. Snr. José Bernardo Ferreira”*. É interessante que este mestre serralheiro tivesse vindo ao Porto de modo a escolher o ferro para a porta do cemitério e também para tratar do ajuste da empreitada, em vista do risco que já tinha sido enviado para o Porto. *“Este ajuste, como V. S^a muito bem sabe, costuma fazer-se por hum tanto o arratel sendo maior ou menor o preço segundo he mais labirintada ou singela a peça de que se trata,*

⁶² Cf. IDEM, *Ibidem*, 1844.

⁶³ Cf. IDEM, *Livro de Lembranças III*, 1845-1850, fl. 52.



parecendo-me que estamos no último caso, por isso que o risco da porta do cemitério he na maior parte lizo"⁶⁴.

Por aqui se percebe claramente como o custo de um portão em ferro forjado derivava do peso do mesmo, mas este factor dependia directamente do feitio, sendo que um portão com uma malha mais densa de varões ficaria mais pesado e, também por isso, mais caro. Mas note-se também como o Porto é a cidade de referência para o fornecimento do ferro para serralheiros de localidades distantes do norte do país.

Quanto ao ajuste do portão, José Luís de Sousa Neves aconselhava a intervenção de José Bernardo Ferreira, para além de Antónia Adelaide Ferreira, e logo que o ferro fosse escolhido devia esperar-se por um barco da casa, de modo a evitar o pagamento de frete para a Régua⁶⁵. Efectivamente, em 9 de Agosto de 1848 foi feito o ajuste do portão de ferro para a entrada do cemitério, ao preço de 47 réis e meio por arrátel, excepto o que ia ser fundido (que ficara a cargo de Emídio Amatucci). Nesse mesmo dia, o mestre serralheiro de Lobrigos, Manuel António Joaquim de Sousa, recebeu de Antónia Adelaide Ferreira o adiantamento de 40\$000⁶⁶. O restante, pesada toda a obra, seria pago contra o assentamento do portão⁶⁷.

Emídio Amatucci era então já bem conhecido de Antónia Adelaide Ferreira, devido à intervenção num litígio relacionado com fogões de mármore feitos para o palacete da Trindade. Contudo, foi após a entrada de Emídio Amatucci na obra do Cemitério da Régua, pela via algo inesperada do ferro fundido, que o mesmo canteiro ficou incumbido de outra empreitada na mesma obra. De facto, em 14 de Agosto de 1848, Antónia Adelaide Ferreira entregou a Emídio Amatucci o epitáfio de António Bernardo Ferreira a gravar na sua lápide de fecho de gavetão. Ou seja, Emídio Amatucci também ficava encarregue da pintura dos epitáfios nas lousas e da feitura das próprias lousas, ele que era um homem dos mármore. Adiante ficaremos a perceber melhor a razão desta escolha.

Ainda no mês de Agosto de 1848, mais precisamente a 20 desse mês, José Luís de Sousa Neves escreve a José João da Silva Azevedo uma outra interessante carta, da qual se pode depreender que já havia há algum tempo a resolução de Antónia Adelaide Ferreira sobre o emblema a ser colocado no camarim do jazigo-capela e que a execução desse emblema também já tinha sido atribuída:

⁶⁴ Cf. IDEM, *Correspondência recebida*, 1848. O sublinhado é nosso.

⁶⁵ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1848.

⁶⁶ Cf. IDEM, *Livro de Lembranças III*, 1845-1850, fl. 53.

⁶⁷ Cf. IDEM, Pasta com documentos avulsos sobre o Cemitério do Peso da Régua.

“Incluso encontrará V. S^a. huma nova planta baixa do oratorio ou nicho da capella do jazigo do cemitério, pedida pelo snr. Amatucci; e por esta ocasião, que aproveito, remetto também hum molde das duas peanhas que hão-de collocar-se no camarim da capella pública, e onde S. Exc^a. tem tenção de mandar collocar duas imagens.

Ora este molde representa a largura que tem as ditas peanhas para em vista della se regular a grandeza das imagens. Também por esta ocasião remetto huma nota das datas em que tem fallecido as pessoas de família, cujos restos mortaes tem de occupar 5 catacumbas formadas na capella do jazigo, para em vista della se mandar ahi escrever o disticho em que se assenta em cada huma das 5 louzas respectivas. Vou assim com tempo lembrando estas cousas para ver se chega a ocasião de se terminar esta lúgubre tarefa, e apesar desta carta já hir tão recheada de impertinências para V. S^a. ainda vou acrescentar a lembrança de que convinha arranjarem-se 16 cyprestes pequeninos para plantar em tempo apropriado: eu não sei se ahi por alguma quinta haverá viveiro desta qualidade de árvores, e se o houver, bom seria arranjá-los (...)⁶⁸.

Como se pode verificar, também a obra do nicho do altar do jazigo-capela foi atribuída a Emídio Carlos Amatucci. É igualmente interessante verificar o cuidado demonstrado pela colocação de árvores e o desconhecimento sobre onde as arranjar, o que pode também explicar parcialmente a ausência desta espécie arbórea em muitos cemitérios oitocentistas, sobretudo no norte do país.

Em 18 de Outubro de 1848, estava no Porto o serralheiro Manuel António Joaquim de Sousa, de modo a receber os 12\$000 referentes à “grade para o Cemitério de Pezo”, quantia efectivamente paga nesse dia, através de ordem de pagamento assinada na Foz por Antónia Adelaide Ferreira. Tratava-se do portão de ferro da entrada do Cemitério do Peso da Régua⁶⁹. Depreendemos que o portão estaria, pois, assente no seu local em Outubro de 1848.

A finalização da obra do jazigo-capela

Em 15 de Novembro de 1848, José Luís de Sousa Neves escreve a José João da Silva Azevedo: “O mestre das obras do cemitério requisitou-me há dias três arrâteis de terra ingleza para bitumar a abóbada da capella do jazigo. Diz elle que a melhor he a que tiver chegado mais recentemente, e convém que seja retirada do barril

⁶⁸ Os sublinhados são nossos.

⁶⁹ Cf. A.H.A.A.F., Pasta com documentos avulsos sobre o Cemitério do Peso da Régua.



que ainda não fosse aberto. Sobre esta terra e suas boas qualidades, talvez possa informar algum Mestre Pedreiro dos que tem feito obras desta natureza na Lapa, e então bom seria que V. S^a mandasse neste sentido fazer alguma diligência para ver se acaba esta (que eu chamo) obra de Santa Engrácia⁷⁰.

Mais uma vez se percebe a grande ligação desta obra na Régua ao Cemitério da Lapa, o fulcro de toda a actividade cemiterial no noroeste de Portugal durante a década de 1840 e o modelo, mesmo em termos de técnicas de vedação das abóbadas dos jazigos-capela. Assim, conclui-se que em Novembro de 1848 estava certamente coberto o jazigo-capela da Régua, faltando-lhe apenas a guarnição do nicho do altar, as lousas, o portão e a urna de remate do exterior, bem como as inscrições.

Em 19 de Novembro de 1848, José Luís de Sousa Neves informava José João da Silva Azevedo da ida ao Porto do mestre pedreiro das obras do cemitério *“a negócios particulares (...) tendo fallado com o Snr. Amatucce e vendo(?) as delicadas obras que elle está fazendo para o mesmo cemitério”*. José Luís de Sousa Neves enfatizava a urgência da terra inglesa para a abóbada e, quanto às árvores, sugeria agora que fossem oito ciprestes e oito cedros. Mas, se não houvesse cedros, que fossem então os dezasseis ciprestes inicialmente propostos⁷¹.

Refira-se que o cipreste não foi uma espécie arbórea preferida para os cemitérios românticos por ser mero símbolo da morte. Por um lado, acreditava-se que era uma espécie de árvore que permitia a decomposição dos corpos de uma forma rápida e sem vapores. Por outro lado, as suas raízes não se estendiam muito em superfície, não danificando o terreno e os carneiros subterrâneos. Além disso, o simbolismo do cipreste era muito forte. Ramos de cipreste eram usados na Grécia como purificadores das pessoas que iam visitar o defunto ao seu leito. Os romanos colocavam um ramo de cipreste à porta da casa onde existisse um cadáver para avisar os que passavam, uma vez que era mau presságio entrar numa casa onde se velasse um defunto. Também se colocava cipreste à porta de casa do defunto porque era uma árvore lúgrube, já que não renascia após ser cortada⁷². Ribeiro Cristino dá-nos conta que o cipreste era *“a arvore simbolica, que já na Persia antiga, no culto de Zoroástro, representava a alma ascendendo para a luz e que a cristandade*

⁷⁰ Cf. IDEM, *Ibidem*. O sublinhado é nosso.

⁷¹ Cf. IDEM, *Correspondência recebida*, 1848.

⁷² Cf. LEAL (JÚNIOR), J. Mendes – *Os túmulos, por uma sociedade de artistas. Collecção dos túmulos mais notáveis por seu gosto em architectura, seus epitaphios, ou cinzas que em si encerram, erigidos no Alto dos Prazeres*. Lisboa, Typ. de M. Luiz da Costa, 1845, p. 33.

adoptou para *companheira dos Mortos*⁷³. A cor escura do cipreste e a sua verticalidade apelavam também a sentimentos românticos, verdadeiramente românticos porque substituíam o cheiro da morte por um perfume agradável.

Em 23 de Novembro de 1848, José Luís de Sousa Neves insiste novamente na necessidade do envio da terra inglesa e das árvores⁷⁴. Porém, em carta de 26 de Novembro de 1848, José Luís de Sousa Neves volta atrás, referindo que a remessa de cedros e ciprestes teria de esperar, até porque havia que se ver antes a questão do portão para o jazigo-capela:

*“vai (...) o incluso risco da grade para a capella do jazigo do cemitério do Pezo. Elle foi feito aqui por hum curioso, e por isso não sei se será exequível, sobretudo o que eu lhe acho he muita labirintada que daria em resultado hum grande peso, e avultado feitio. Eu julgo que hoje o gosto dominante he a simplicidade e por isso rogo a V. S^a de o appresentar a hum dos Mestres d’arte para formalizar hum no gosto moderno e que seja adequado”*⁷⁵.

Mais uma vez, são pedidos conselhos para o Porto. Nesta época, as capelas construídas no Cemitério da Lapa levavam normalmente portão de varões verticais paralelos, muito simples, permitindo grande visibilidade para o interior⁷⁶. Estão aqui explicadas algumas das razões deste gosto que, além do mais, era favorável à economia dos encomendadores. Porém, este factor não justificaria, na mesma ordem de razão, a opção por jazigos-capela monumentais.

Em 30 de Novembro de 1848, José Luís de Sousa Neves acusa a recepção no dia anterior das três latas com três arrobas de terra inglesa para a abóbada do jazigo-capela⁷⁷. Em carta de 3 de Dezembro de 1848, o mesmo Sousa Neves diz enviar mais tarde as dimensões das tabelas para inscrições na capela e opina *“que o risco da grade remettido não presta para o effeito he certo, e por isso espero que*

⁷³ Cf. SILVA, João Ribeiro Cristino da – *Estética cidadina. Anotações sobre aspectos artísticos e pitorescos de Lisboa*. Edição actualizada e ilustrada da série publicada no “Diário de Notícias”, de 1911 a 1914. Lisboa, Livraria Portugalíia, 1923, p. 203.

⁷⁴ Cf. A.H.A.A.F., *Correspondência recebida*, 1848.

⁷⁵ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1848. Os sublinhados são nossos.

⁷⁶ Sobre este assunto veja-se o nosso trabalho *O ferro na arte funerária do Porto oitocentista. O Cemitério da Irmandade de Nossa Senhora da Lapa, 1833-1900*. Tese de Mestrado em História da Arte orientada pelo Prof. Doutor Agostinho Araújo e apresentada à Faculdade de Letras do Porto em 1997 (3 volumes policopiados, 174+178+135 págs.).

⁷⁷ Cf. A.H.A.A.F., *Correspondência recebida*, 1848.



o *Snr. Amatucci enviará obra de Mestre*⁷⁸. O sentido desta frase é, quanto a nós, a confirmação de que o risco feito pelo tal curioso da Régua não era aconselhável, como o próprio José Luís de Sousa Neves achava e que, por isso, novo risco tinha de ser feito, subentendendo-se que por Emídio Amatucci, que era um artista e que poderia desenhar um portão mais adequado. A confirmar-se esta interpretação, temos Emídio Amatucci, canteiro, a desenhar portões em ferro para jazigos-capela, algo que já tínhamos timidamente sugerido na nossa Tese de Mestrado, em relação ao portão do jazigo-capela n.º 42 lateral do Cemitério da Lapa.

Em carta de 6 de Dezembro de 1848, José Luís de Sousa Neves refere as dimensões das pedras que tinham de receber as inscrições na capela e sugere o Pe. Luís de Sousa para elaborar as inscrições⁷⁹. Existe ainda uma carta de 10 de Dezembro de 1848, em que Sousa Neves refere as lousas, mas a carta está rasgada⁸⁰. Outra carta de Sousa Neves a José João da Silva Azevedo, em 13 de Dezembro de 1848, apresenta rasgos e consequentes lacunas:

“(...) serralheiros, pertendentes à obra que agora se segue, huma declaração do último preço por que cada hum se propõe fazê-lo (...).

*P.S. Devolvo a carta do Procurador Motta declarando que por ora nenhuma resolução se tomou quanto a preferência do Mestre Serralheiro (...)*⁸¹.

Nesta última carta, vinha anexa uma relação das pessoas de família já falecidas e também uma nota onde se lia que a pedra *“por cima do nicho onde deve arvorar-se a cruz, e na qual tem de gravar-se huma inscrição – tem de comprimento 3 palmos e 3 polegadas, em direcção horizontal, e de largura 2 palmos em direcção vertical”*. Também se refere a pedra que estava *“por cima da porta de entrada, e na qual tem de escrever-se a inscrição”*. Esta tinha 8 palmos de comprimento e 2 de largo. Refere-se ainda a pedra do exterior da *“capella do povo”*, por cima da porta, que também levaria inscrição e que tinha nove palmos e três polegadas de comprimento e dois palmos de largo⁸².

Noutra carta a José João da Silva Azevedo, em 17 de Dezembro de 1848, José Luís de Sousa Neves acusa a recepção da carta do Porto de 16 de Dezembro, que acompanhava as inscrições para o cemitério, bem como a medição de uma varanda

⁷⁸ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1848.

⁷⁹ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1848.

⁸⁰ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1848.

⁸¹ Cf. IDEM, Pasta com documentos avulsos sobre o Cemitério do Peso da Régua.

⁸² Cf. IDEM, *Ibidem*.

– que supomos fosse no palacete da Trindade – e uma declaração anexa do mestre serralheiro Francisco da Costa Almeida, que foi o executante do portão do Cemitério da Lapa e então trabalhava na obra do palacete da Trindade. Estando Antónia Adelaide Ferreira na Régua, já tinha analisado todos esses documentos, mas ainda nada tinha sido decidido por não ter sido ouvida a opinião do seu pai. Mais uma vez indicia-se que José Bernardo Ferreira tinha uma palavra a dizer na questão das obras do Cemitério da Régua. Na mesma carta de 17 de Dezembro de 1848, José Luís de Sousa Neves pedia também o envio das lousas, caso já estivessem prontas⁸³.

Em 25 de Dezembro de 1848, José Luís de Sousa Neves enviou uma outra carta para José João da Silva Azevedo, informando que tinha recebido do Porto as inscrições delineadas e compostas pelo Pe. Luís de Sousa Couto, as quais tinham sido já apresentadas a Antónia Adelaide Ferreira e a seu pai, tendo merecido *“o maior elogio e aprovação d’hum e d’outro, nem o contrário se podia esperar”*⁸⁴. Ao que parece, o dito sacerdote era já conhecido nessa arte. Eis as propostas de epitáfios:

*“Sobre a cruz na capella do jazigo: Viajante, quem quer que sejas, pára. Esta cruz adora, para ti signal sagrado. Ossos áridos teu final termo simbolizão. Não o percas da memória. Pelos que neste jazigo repouzão, a Deus ora”*⁸⁵.

Sobre a porta de entrada no jazigo-capela propunha-se a seguinte inscrição:

*“Em memória de seu idolatrado primo, e caro esposo, o Illmo. Snr. António Bernardo Ferreira, mandou a Exma. Snra. Antónia Adelaide Ferreira erigir este monumento de saudosa recordação. Dentro em seu recinto repousão as cinzas delle as da innocente vergõntea de um amor conjugal; e os restos mortais de alguns seus maiores”*⁸⁶.

Após a aprovação por parte dos encomendadores, José Luís de Sousa Neves deslocou-se ao cemitério para certificar-se com o mestre pedreiro de que as inscrições caberiam nos respectivos locais. Chegaram à conclusão que a que estava prevista para o interior do jazigo-capela só caberia cortando-se-lhe o último período. Ao invés, a da capela pública assentaria *“tal e qual”*. Em relação à que estava prevista para a entrada do jazigo-capela, *“tinha S. Excia. [Antónia Adelaide Ferreira?] ima-*

⁸³ Cf. IDEM, *Correspondência recebida*, 1848.

⁸⁴ Cf. IDEM, Pasta com documentos avulsos sobre o Cemitério do Peso da Régua.

⁸⁵ Cf. IDEM, *Ibidem*.

⁸⁶ Cf. IDEM, *Ibidem*.



ginado a inscrição de que também remetto cópia para V. S^a [José João da Silva Azevedo] ter a bondade de submeter tudo novamente à aprovação do Ill.mo Pe. Luiz⁸⁷. Esta carta está parcialmente rasgada, mas percebe-se que Antónia Adelaide Ferreira preferia que as inscrições fossem em português e não em latim.

Por carta de 27 de Dezembro de 1848, José Luís de Sousa Neves dá conta de não estar ainda decidido quem iria executar a grade de ferro para o palacete da Trindade, se seria o mestre de Lobrigos ou outro. Mas José Bernardo Ferreira tinha decidido que fosse alguém do Porto, “*inclinando-se a dar preferência a Francisco da Costa Almeida*”, porque este serralheiro levava 1\$200 por arroba. Mas, no contrato, devia ficar claro que a obra da grade da varanda do palacete seria bem feita e não deveria pesar mais de quatro arrobas e meia por braça, isto com base na grade da varanda do mirante da mesma casa, que tinha 146 palmos e tinha pesado 62 arrobas e 28 arráteis.

Não é o facto de ter sido escolhido Francisco da Costa Almeida para esta obra no palacete que é relevante, pois o serralheiro de Lobrigos nem sequer era do Porto e Francisco da Costa Almeida era já conhecido na cidade pelas suas obras. O interessante nesta questão é o facto do mestre de Lobrigos ter sido colocado como hipótese para execução de uma obra no Porto, onde a capacidade e quantidade dos mestres serralheiros locais era certamente bem maior, o que denota uma certa confiança depositada no mesmo mestre de Lobrigos. Tal indício torna mais significativo o facto deste mestre ter sido posteriormente preterido na própria obra do Cemitério da Régua, como se verá.

Na supramencionada carta de 27 de Dezembro de 1848, José Luís de Sousa Neves pede o envio, num determinado barco, dos ciprestes, dos cedros e das peças de ferro para a porta de entrada do cemitério (que estariam, pois, concluídas). Pede também para serem remetidas as inscrições que foram para o Porto de modo a serem reformuladas pelo Padre Couto, pois o mestre pedreiro tinha “*desejos de adiantar a obra*”. Este pedido foi reforçado em 5 de Janeiro de 1849, já que era necessário “*aproveitar a boa vontade que o Mestre do cemitério agóra mostra de a obra acabar*”⁸⁸.

Ainda na já referida carta de 27 de Dezembro de 1848, José Luís de Sousa Neves informava: “*hontem me foi entregue o risco para a grade da porta do jazigo, que acho simples e elegante*”⁸⁹. Supondo que o risco é de Emídio Amatucci (pela interpretação que fizemos de um excerto documental anteriormente referido), não

⁸⁷ Cf. IDEM, *Ibidem*.

⁸⁸ Cf. IDEM, *Correspondência recebida*, 1848.

⁸⁹ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1848.

deixa de ser relevante esta apreciação ao risco, até porque coincide com o portão que foi efectivamente executado.

Havendo já o risco para o portão do jazigo-capela, em 7 de Janeiro de 1849 José Luís de Sousa Neves informava o escritório do Porto: “*tem de ahi apparecer o serralheiro de Lobrigos Manuel António que vai a essa cidade com o fim de comprar o ferro necessário para a porta da capella do jazigo*”⁹⁰. Assim, a obra do portão do jazigo foi atribuída ao mesmo mestre que tinha já executado o portão do Cemitério do Peso da Régua, o que era natural.

Também em 7 de Janeiro de 1849, José Luís de Sousa Neves alude já às novas versões das inscrições, que iam ser mostradas a Antónia Adelaide Ferreira, sendo novamente elogiado o Padre Luís de Sousa Couto pelo serviço⁹¹. Em 10 de Janeiro de 1849, José Luís de Sousa Neves informava terem sido as inscrições aprovadas “*na generalidade*”. Contudo, julgava-se imprópria a localização na capela pública da inscrição que informava ter sido a obra feita à custa da Antónia Adelaide Ferreira. Era realmente melhor ficar à entrada do cemitério “*mas eu [José Luís de Sousa Neves] não acho ali lugar ou espaço onde ella possa caber*”. Partia Sousa Neves do princípio que já tinha sido executada no Porto a lâmina em ferro com a inscrição para o portão do cemitério. José Luís de Sousa Neves sugeria então que se inutilizasse essa lâmina e se fizesse outra maior com a inscrição que indicava ter sido a obra feita a expensas de Antónia Adelaide Ferreira. Porém, Sousa Neves pedia conselho, pois já lhe custava falar de obras no cemitério que acarretassem novas despesas⁹². Entretanto, em 14 de Janeiro de 1849, José Luís de Sousa Neves tinha já decidido, por sugestão do mestre pedreiro, que essa inscrição ficasse nas ombeiras do portal, em duplicado (latim e português), para haver simetria⁹³.

Depreende-se que esta inscrição aludindo ao mecenato da família Ferreira na construção do cemitério possa ter partido da sugestão do Padre Couto. Contudo, os indícios recolhidos não são conclusivos. De qualquer modo, a mesma inscrição incluía uma alusão à Junta de Paróquia do Peso da Régua (detentora do cemitério). Assim, em Janeiro de 1849, José Luís de Sousa Neves informou a referida Junta de Paróquia que se ia “*mandar lavrar*” essa inscrição, onde se lia que Antónia Adelaide Ferreira tinha mandado fazer a obra. A Junta de Paróquia aplaudiu e concordou em subscrever o que dizia a inscrição e até propôs pequenas alterações, que José Luís de Sousa Neves enviara para o Porto, de modo a serem novamente

⁹⁰ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1849.

⁹¹ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1849.

⁹² Cf. IDEM, *Ibidem*, 1849.

⁹³ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1849.



vistas pelo Padre Couto⁹⁴. Este envio, em 14 de Janeiro de 1849, incluía também as outras inscrições, com três versões em três caracteres diferentes, para que o Padre Luís de Sousa Couto verificasse a pontuação, as maiúsculas, etc., de modo a poderem depois ser dadas ao mestre pedreiro. Segundo José Luís de Sousa Neves, era preciso muito cuidado com as inscrições que se colocassem em público⁹⁵.

Sabemos que, em 5 de Janeiro de 1849, foram carregados para a Régua quatro caixões com ciprestes e cedros⁹⁶. Porém, esta carga terá ficado à espera no Porto bastante tempo. De facto, só em 19 de Janeiro de 1849 receberam-se as árvores para o cemitério⁹⁷. Em 21 de Janeiro de 1849, informava-se o escritório no Porto que as árvores haviam chegado em boas condições⁹⁸.

A obra de Emídio Amatucci no jazigo-capela da Régua

Em 18 de Fevereiro de 1849, José Luís de Sousa Neves remeteu para o Porto uma tábua que mostrava com exactidão a forma e o tamanho do pavimento do nicho do jazigo-capela, de forma a que toda a obra de guarnição em cantaria viesse do Porto já pronta a encaixar. José Luís de Sousa Neves pedia brevidade na execução de Emídio Amatucci, pois a obra de pedreiro deveria estar pronta em 15 de Março desse ano. Também por isso, Sousa Neves pedia urgência no envio das lousas, de modo a aproveitar ainda a permanência do mestre pedreiro na obra, pois este era homem de “*muito engenho*”⁹⁹. Efectivamente, Emídio Amatucci terá correspondido à urgência demonstrada: em 4 de Março de 1849, Antónia Adelaide Ferreira tinha já feito contactos na Régua com um arrais, de modo a trazer do Porto os ornatos que faltavam para o jazigo-capela¹⁰⁰.

Em 7 de Março de 1849 foram efectivamente carregadas estas peças¹⁰¹. Foram acondicionadas em nove caixões (sete grandes e dois pequenos). Tratava-se das lousas e das peças de mármore para o jazigo-capela, incluindo “*uma peanha de pedra em forma de cascata*”¹⁰². Mas, em 14 de Março de 1849, José Luís de Sousa Neves ainda não tinha recebido as peças, o que o levou a questionar o escritório

⁹⁴ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1849.

⁹⁵ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1849.

⁹⁶ Cf. IDEM, *Livro de Lembranças III*, 1845-1850, fl. 59.

⁹⁷ Cf. IDEM, *Correspondência recebida*, 1849.

⁹⁸ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1849.

⁹⁹ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1849.

¹⁰⁰ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1849.

¹⁰¹ Cf. IDEM, *Livro de Lembranças III*, 1845-1850, fl. 60.

¹⁰² Cf. IDEM, Pasta com documentos avulsos sobre o Cemitério do Peso da Régua.

do Porto se, com as lousas, vinha também a lâmina de ferro, os ossos, o crânio e a ampolheta do portão do cemitério, de modo a aproveitar-se o transporte¹⁰³.

Só a 18 de Março de 1849 estavam na Régua os ornatos¹⁰⁴. O serviço de transporte foi feito por António da Costa, que recebeu 6\$400 em 27 de Março de 1849, por dezasseis dias em que acompanhou os caixões com as lousas para a Régua. Também foi necessário pagar 5\$600 ao carretão Gregório de Pazos pelos carretos dos nove caixões com lousas e mármore e “*uma peanha em forma de cascata, desde a casa do Snr. Amatucci na Rua de Sta. Catharina ate ao caes novo*”¹⁰⁵. A feitura dos sete caixões maiores, de solho, também teve de ser paga ao mestre carpinteiro Manuel Ferreira Neves, a 1\$000 cada um, mais os carretos para a casa de Emídio Amatucci (\$350)¹⁰⁶.

A conta com Emídio Amatucci foi liquidada em 13 de Março de 1849¹⁰⁷. Os pagamentos foram sendo feitos desde Julho de 1848 até Março de 1849, no total de 282\$655¹⁰⁸. Eis a discriminação do “*importe de todas as obras feitas debaixo da administração de Emídio Carlos Amatucci para o cemitério do Pezo da Regoa*”¹⁰⁹:

CRUZ	Mármore de Itália azul verde	14\$690
	Francisco serrador, por serrar o mesmo	1\$800
	Folha de serra	\$440
	Canteiro Inácio Francisco, 22 dias a 550 réis	12\$100
	Canteiro Joaquim Catavira, 2½ dias a 550 réis	1\$375
	Aprendiz José Alexandre, 1 dia a 150 réis	\$150
	Trabalhador Joaquim José, 1½ dias a 160 réis	\$240
	Betume para o braço	\$070
CAVEIRA E DOIS OSSOS	Pedra lioz	1\$040
	Canteiro Inácio Francisco, 8½ dias a 550 réis	4\$675
	Canteiro Joaquim Catavira, 2 dias a 550 réis	1\$100
	Trabalhador Manuel Pinto, para polir os mesmos, 7 dias a 160 réis	1\$120
	Poteia	\$050
MONTE	Pedra lioz	1\$980
	Escuma de cal	\$540
	Gesso	\$400
	Betume de breu	\$130

¹⁰³ Cf. IDEM, *Correspondência recebida*, 1849.

¹⁰⁴ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1849.

¹⁰⁵ Cf. IDEM, *Documentos de caixa*, 1849.

¹⁰⁶ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1849.

¹⁰⁷ Cf. IDEM, Pasta com documentos avulsos sobre o Cemitério do Peso da Régua.

¹⁰⁸ Cf. IDEM, *Livro de Lembranças III*, 1845-1850, fl. 61.

¹⁰⁹ Cf. IDEM, Pasta com documentos avulsos sobre o Cemitério do Peso da Régua.



TAMPAS DAS CATACUMBAS	12 lousas a 6\$200	74\$400
	Aos entalhadores por fazerem o ornato e 48 cantos e frisos, 53 dias a 440 réis	23\$320
	Carretos "para minha caza"	1\$920
	Pedras para brunir, 2 a 110 réis	\$220
	Canteiro Joaquim Catavira, 1 dia a 550 réis	\$550
LETREIRO	3 penas de lápis branco, a 80 réis	\$240
	Por gravar 689 letras, a 25 réis	17\$225
FERRAGENS	24 argolas com duas mãos cada uma, a 500 réis	12\$000
	48 cravelhas com fechos, a 320 réis	15\$360
	Tabuleta com o letreiro para a porta	4\$440
	Molde para a mesma	1\$800
	Ampulheta	3\$800
	Molde para a mesma	1\$440
	Círculo de ferro com caveira, ossos e laço	7\$800
	Molde para o mesmo	1\$920
PINTURA	Por pintar, bronzear e dourar, Landolt, 17 dias a 400 réis	6\$800
	Aires Pinto, 13 ½ dias a 600 réis	8\$160
	José Pinto, 8 dias a 360 réis	2\$880
	4 broxas	\$340
	Óleo, 7 quartilhos a 110 réis	\$770
	Bexiga para o mesmo	\$010
	Verde escuro para bronzado, 1 arratel	\$360
	Alvaiado, 2 arráteis a 80 réis	\$160
	Fezes, 1 arratel	\$070
	Sombra de Colónia, dois oitavos	\$040
	Preto marfim	\$110
	Caçoilas, 4	\$100
	Carvão	\$060
	Mordente	\$280
	Potassa	\$080
	Ouro	6\$260
	Pó de bronze, 3 onças e cinco oitavos	2\$900
	Renda do escritório ao Martins por lá ter as lousas 4 meses, a 1200 réis	4\$800
	Aguarrás	\$020
	Esteiras para encaixotar as lousas	\$120
<i>"Por riscar os letreiros, agência, direcção, e tempo que os meus officiaes andrão com a arrumação das lousas, mudanças, encaixotamento, etc., etc., etc."</i>		40\$000
TOTAL		282\$655

Curiosamente, nesta conta não se refere a feitura do risco para o portão do jazigo, que já adiantámos ter sido talvez de Emídio Amatucci. De qualquer modo, fica evidente que Emídio Amatucci tratou das ferragens e da pintura das lousas. No caso das ferragens, não se referem os nomes dos operários, apenas apresentando-se o custo final. Terão então estas peças em ferro executadas como sub-empregada em alguma fundição ou serralaria do Porto, que não é designada? A confirmar-se, porque não foi feito o ajuste directo com essa fábrica ou oficina? A única resposta que julgamos poder justificar, de algum modo, o agenciamento de Emídio Amatucci prende-se com os moldes que, na conta, estão claramente discriminados. Terá sido Emídio Amatucci o autor dos moldes, que depois os levou a uma fábrica de fundição para passar ao ferro? Trata-se apenas de uma hipótese, que julgamos com algum fundamento.

Quanto à pintura das lousas, note-se que um dos trabalhadores, Aires Pinto, ganhava por dia mais do que os oficiais de canteiro de Emídio Amatucci, facto que indicia ter-se tratado também de uma sub-empregada a alguma oficina de pintura/douramento, até porque os nomes dos trabalhadores que executaram a pintura não são conhecidos como canteiros, nem se incluem na conta referente aos objectos em cantaria.

Quanto à obra de cantaria, a notar o uso de mármore italiano azul esverdeado em conjunto com o lioz e a presença de uma estrutura oficial com funções e jornais diferenciados. Temos um operário apelidado de Francisco *Serrador*, um aprendiz José Alexandre e dois oficiais de canteiro: Inácio Francisco e Joaquim Catavira. Temos também operários indiferenciados, um deles para polir as peças. Claro que Emídio Amatucci poderia ter vários outros homens ao seu serviço: era grande na época a mobilidade dos canteiros e sobretudo dos operários não especializados ao serviço destas oficinas. Através desta conta, ficamos a saber que Emídio Carlos Amatucci tinha, em 1848, o canteiro Joaquim Catavira como um dos seus oficiais, canteiro esse que se vai tornar depois o principal oficial. Porém, tal como Inácio Francisco, o canteiro Joaquim Catavira não teve a oportunidade de ser reconhecido na sua arte, pois não terá tido oficina própria.

Quanto à apreciação do trabalho da oficina de Emídio Amatucci, em 20 de Março de 1849 José Luís de Sousa Neves informava que só dois dos caixões tinham ido para o cemitério, os outros iriam depois, à medida que fossem sendo assentadas as peças. Porém, o mestre pedreiro viu o conteúdo de um dos caixões e elogiou as lousas: *“um primor da arte”*. José Luís de Sousa Neves, afirmando a qualidade de Emídio Amatucci, refere na mesma carta: *“esta tarde também vou admirar o engenho do Snr. Amatucci”*¹¹⁰. Assim o fez, concluindo pela boa qualidade das



peças. Contudo, em 25 de Março de 1849, Sousa Neves informa o escritório do Porto de que um dos ossos chegou partido, apesar do mestre pedreiro afirmar poder “soldá-lo”¹¹¹. Deduzimos tratar-se de um dos ossos em ferro fundido para o portão do cemitério.

Uma obra interminável

Em 25 de Junho de 1849, José Luís de Sousa Neves lamentava-se pela obra do cemitério nunca mais acabar. O mestre pedreiro tinha estado em Abril e Maio na sua terra e a obra de pedreiro estava “dependente de huma só pedra que he huma urna que rematta a capella do jazigo”. A obra de carpinteiro e de trolha tinha terminado, estando na altura a decorrer a pintura. Faltava também a parte de serralheiro, o que aborrecia igualmente José Luís de Sousa Neves pois “o Mestre não faz obra em termos. Elle desculpa-se com o ajustado, que diz foi muito barato e que por tal preço não pode fazer obra boa, mas eu parece-me que a falta de sciencia he o motivo da grande imperfeição”.

Por essa razão, calculava-se que a trasladação do cadáver de António Bernardo Ferreira não poderia ser feita antes do fim de Julho de 1849. Na mesma carta de 25 de Junho de 1849, José Luís de Sousa Neves mandava também perguntar a Emídio Amatucci se a cruz do nicho devia ser pintada ou não. Muita gente que tinha visto a obra achava que não se devia pintar¹¹². Sabemos que Emídio Amatucci respondeu, que o seu parecer foi seguido e transmitido ao pintor que andava a trabalhar na obra do cemitério, em 28 de Junho de 1849. Todavia, não sabemos o conteúdo exacto da resposta. Calculamos que Emídio Amatucci tivesse dado a (óbvia) resposta de que não se devia pintar – tal como hoje se apresenta essa peça.

Entretanto, o mestre serralheiro de Lobrigos deu por terminado o portão do jazigo. Mas, por volta de 11 ou 12 de Julho de 1849, antes de regressar ao Porto de uma das longas temporadas que passava no Douro, Antónia Adelaide Ferreira foi ver as obras do cemitério, tendo ficado agradada com o que viu, “reconhecendo com tudo a necessidade de mandar fazer outra porta de ferro para a capella do jazigo, visto que he indigna a que ali se acha feita pelo mestre serralheiro”¹¹³. Assim, Antónia Adelaide Ferreira determinou que se “mandasse tirar uma medida exacta da porta da capella do jazigo, a fim de nessa cidade [Porto] se mandar fazer huma grade

¹¹¹ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1849.

¹¹² Cf. IDEM, *Ibidem*, 1849.

¹¹³ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1849.

de ferro digna do lugar, e correspondente à magnificência daquela capella, visto que o serralheiro de Lobrigos não desempenhou como convinha e se desejava”¹¹⁴. Por essa razão, José Luís de Sousa Neves consultara o mestre pedreiro e o mestre carpinteiro da obra do cemitério, tendo estes opinado que a medida mais exacta que se poderia tirar era “mandar fazer de taboas de ferro as duas empenas e bandeira de que se compoem a mencionada porta”.

Assim foi efectivamente feito e esses moldes de madeira seguiram para o Porto pelo barco da carreira, em 15 de Julho de 1849, juntamente com uma nota explicativa do mestre carpinteiro, com as dimensões. Mas José Luís de Sousa Neves pedia para não se mandar executar a obra se, mesmo assim, houvesse dúvidas quanto às dimensões exactas, para se evitar “nova despeza inútil. Isto depois do prejuízo que já causou o tal serralheiro de Lobrigos”¹¹⁵. Curiosamente, foi pedido a José João da Silva Azevedo para não comentar o incidente com José Bernardo Ferreira senão passado algum tempo mais, para que este não ficasse enfadado¹¹⁶. Trata-se de outro indício de que José Bernardo Ferreira estava também a custear a obra, embora privilegiando o gosto e a iniciativa da filha, Antónia Adelaide Ferreira.

Em 22 de Julho de 1849, José Luís de Sousa Neves refere com algum desânimo:

*“vai continuando a obra do cemitério e conto que no fim desta semana se ultima a de pedreiro. O peor he o maldito serralheiro que me tem feito suar o topete”*¹¹⁷.

Preparativos para a trasladação de António Bernardo Ferreira para a Régua

Os preparativos para a trasladação terão começado em Julho de 1849, tendo nesse assunto sido envolvido um primo de Antónia Adelaide Ferreira – Manuel Francisco Cerdeira. Já em 22 de Julho de 1849, José Luís de Sousa Neves informava o escritório do Porto de que tinha falado com Manuel Francisco Cerdeira sobre a armação fúnebre, se esta haveria de ser feita por locais ou mandada vir do Porto, de um bom armador¹¹⁸. Em 26 de Julho de 1849, José Luís de Sousa Neves enviara mesmo a Manuel Francisco Cerdeira um orçamento da armação “feito aqui por hum curioso da terra”¹¹⁹. Talvez se tratasse do mesmo “curioso” que propôs o desenho de um portão

¹¹⁴ Cf. IDEM, Pasta com documentos avulsos sobre o Cemitério do Peso da Régua.

¹¹⁵ Cf. IDEM, *Correspondência recebida*, 1849.

¹¹⁶ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1849.

¹¹⁷ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1849.

¹¹⁸ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1849.

¹¹⁹ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1849.



para o jazigo-capela. Porém, a opinião de José Luís de Sousa Neves não era muito favorável a este projecto de armação: “*A mim parece-me muito alto e insisto de que seríamos muito melhor servidos se tal armação viesse dessa cidade [Porto]*”¹²⁰. Efectivamente, a família Ferreira optou pela contratação de um armador do Porto, facto que satisfez José Luís de Sousa Neves e Manuel Francisco Cerdeira¹²¹.

Entretanto, a obra do cemitério demorava a concluir-se e Manuel Francisco Cerdeira foi para as Caldas das Taipas, dali só voltando em 25 de Agosto de 1849. Por carta de 29 de Julho de 1849, José Luís de Sousa Neves informou dessa contingência o administrador do escritório no Porto (José João da Silva Azevedo) e pediu-lhe para avisar o armador, que assim poderia calcular o tempo necessário para fazer a armação. Conclui-se então que o armador já estava contratado e seria o mesmo que fez o funeral de António Bernardo Ferreira em 1845: José da Silva.

O mesmo Manuel Francisco Cerdeira, por intermédio de José Luís de Sousa Neves, pediu para serem combinados por carta os detalhes da trasladação, enquanto ele estivesse nas Taipas, nomeadamente se ia haver ou não oração fúnebre. Se a houvesse, teria de ser avisado o Reitor de Jogueiros, já falado para esse serviço e que se mostrara interessado em fazê-lo¹²². Manuel Francisco Cerdeira também lembrava que era preciso pedir licença ao Bispo, para que “*o todo da armação e principalmente o lugar em que na eça hão-de depositar-se os Illustres finados, tenham a elevação e majestade que se requer e deseja, tanto em escadaria como em ambito para alli poderem estar os necessários sacerdotes e mesmo sentinellas*”¹²³. Na inauguração do jazigo-capela não iam ser ali encerrados apenas os restos de António Bernardo Ferreira, mas também os de outros parentes já falecidos (a menor Virgínia – filha de António Bernardo Ferreira, António Bernardo Ferreira pai, Pedro Gil e Teresa de Jesus), que estavam em caixões na Régua, em local que não é explicitado.

Na referida carta de 29 de Julho de 1849, Sousa Neves faz uma descrição exaustiva da Igreja do Peso da Régua, para que o armador pudesse planear a armação e informa que “*hontem remattou completamente a obra de pedreiro no cemitério, ficando agora o calibre sarralheiro a trabalhar na porta da entrada e grades para as frestas da capella pública*”¹²⁴.

Por carta de 5 de Agosto de 1849, José Luís de Sousa Neves dá conta de que, apesar de cumprir tudo o que Antónia Adelaide Ferreira mandava, “*instado pelo*

¹²⁰ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1849.

¹²¹ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1849, carta de 29 de Julho de 1849.

¹²² Cf. IDEM, Pasta com documentos avulsos sobre o Cemitério do Peso da Régua.

¹²³ Cf. IDEM, *Ibidem*.

¹²⁴ Cf. IDEM, *Ibidem*.

tempo e obrigado pelos vagares e imperfeições do mestre serralheiro de Lobrigos, não terei remédio senão recorrer ao Luiz Guedes a fim de se encarregar da feitura das duas grades de ferro para as frestas da capella publica do cemitério, visto não haver aqui outro a quem eu recorra"¹²⁵. Caso contrário, José Luís de Sousa Neves duvidava que pudesse estar tudo pronto no fim do mês de Agosto, para efectuar-se a trasladação. Em 8 de Agosto de 1849, José Luís de Sousa Neves informa ter andado a fazer tudo para que a obra de serralheiro ficasse pronta e lembra certas legendas a colocar na essa¹²⁶.

Entretanto, depois de ponderar as despesas com o transporte e hospedagem dos armadores, Antónia Adelaide Ferreira resolveu ajustar com o armador José da Silva a obra de armação (caixão de pau com veludilho, armação do barco, tarimba e altar, armação da igreja e do jazigo-capela), tudo à custa do armador "*com a maior riqueza*" e pronto em 31 de Agosto de 1849, por 440\$000¹²⁷. Antónia Adelaide Ferreira pagaria por fora os emolumentos paroquiais, o frete do barco, a cera e outras miudezas. O contrato foi assinado em 6 de Agosto de 1849¹²⁸.

Em 7 de Agosto de 1849, combinou-se com o arrais António da Fonseca Torres (da Régua), o "*ajuste de duas borlas da carreira*" para no fim do mês se levar o cadáver de António Bernardo Ferreira e acompanhantes para a Régua¹²⁹.

Entretanto, depois de consultar o seu pai, Antónia Adelaide Ferreira decidiu informar o primo Manuel Francisco Cerdeira que o cadáver embalsamado de António Bernardo Ferreira iria vestido com a roupa que trouxe de França, e que o armador teria tudo pronto de forma a que se pudesse fazer a cerimónia a 2 ou a 3 de Setembro de 1849, até porque a armação que ia para a Régua teria de estar no Porto a tempo para as exéquias de D. Pedro IV. Tal facto prova que a armação contratada era mesmo do mais rico que poderia ser feito no Porto.

Numa carta remetida para o Porto em 12 de Agosto de 1849 refere-se a necessidade de benzer o cemitério e as capelas (jazigo-capela e capela mortuária do cemitério), já se tendo pedido ao pároco para este obter a licença do Bispo¹³⁰. Vários preparativos para o funeral e arranjos no cemitério foram sendo executados¹³¹. Porém, havia ainda o problema do portão de ferro do jazigo-capela.

¹²⁵ Cf. IDEM, *Ibidem*.

¹²⁶ Cf. IDEM, *Correspondência recebida*, 1849.

¹²⁷ Cf. IDEM, Pasta com documentos avulsos sobre o Cemitério do Peso da Régua.

¹²⁸ Cf. IDEM, *Ibidem*.

¹²⁹ Cf. IDEM, *Livro de Lembranças III*, 1845-1850, fl. 69.

¹³⁰ Cf. IDEM, Pasta com documentos avulsos sobre o Cemitério do Peso da Régua.

¹³¹ Cf. IDEM, *Ibidem*. Carta vinda da Régua em 16 de Agosto de 1849,



Intervenção de Francisco da Costa Almeida na obra do jazigo-capela dos Ferreira

Em 19 de Agosto de 1849, José Luís de Sousa Neves afirma que as obras do cemitério deviam ficar prontas na semana seguinte, embora no dia anterior ainda não tivesse chegado a porta de ferro¹³². Efectivamente, perante a inabilidade do mestre de Lobrigos, optou-se por encomendar no Porto o portão. O executante foi Francisco da Costa Almeida, já referido, um dos melhores serralheiros do Porto da sua época.

Já vimos como Francisco da Costa Almeida fora contratado anos antes para obras de serralharia no palacete da Trindade, obras essas que foram continuando a ser por ele executadas até ao fim da década de 1840. Vejamos alguns exemplos destas obras. Em 1848, terá feito a grade do mirante do palacete da Trindade pois, em 30 de Dezembro desse ano, José João da Silva Azevedo pediu-lhe para executar a grade da varanda do palacete com o mesmo risco da do mirante¹³³. De 15 de Setembro de 1849 é uma conta de 3\$490 por ferragens¹³⁴. De 1 de Setembro de 1849 é outra conta referente a duas grades para as janelas do palacete que davam para a Rua do Estevão (e mais algumas miudezas), no total de 14\$600¹³⁵. Em Fevereiro de 1849, foi paga uma grade executada por Francisco da Costa Almeida para a Rua do Estevão (pesando 46 arrobas e 28 arráteis, a 1\$200, totalizando 56\$250) e uma outra grade, para as traseiras do mesmo palacete (pesando 21 arrobas e 7 arráteis, a 1\$200, totalizando 25\$460)¹³⁶. Francisco da Costa Almeida executou mais grades para as traseiras do palacete da Trindade (Março de 1849) e fez também uma grade para a galeria, a qual pesou 24 arrobas (Maio de 1849)¹³⁷.

Podemos concluir que Francisco da Costa Almeida fez praticamente toda a obra de serralharia no desaparecido palacete da Trindade, desde grades a ferragens, corrimões, etc. Foi, assim, natural a escolha deste serralheiro como o executante de uma porta condigna para o jazigo-capela dos Ferreira. Esta porta do jazigo chegou apenas a 26 de Agosto de 1849 (figura 2)¹³⁸. Contudo, já estava concluída em 18 de Agosto desse ano, data do recibo da "*Conta do pezo das portas e da bandeira*

¹³² Cf. IDEM, *Correspondência recebida*, 1849.

¹³³ Cf. IDEM, Copiador de correspondência expedida para a Régua, 1844-1849, 30 de Dezembro de 1848.

¹³⁴ Cf. IDEM, *Documentos de caixa*, 1849.

¹³⁵ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1849.

¹³⁶ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1849.

¹³⁷ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1849.

¹³⁸ Cf. IDEM, *Correspondência recebida*, 1849.

que fiz para a capella do jazigo para a Regoa por hordem dos erdeiros do Illmo. Snr. António Bernardo Ferreira: pezou as portas e bandeira e chumbadouros 21@ e 18 arráteis a 80 rs. – 55\$200". A conta incluía também uma fechadura de duas brocas e testa (1\$920) e o carroto aos galegos (\$200)¹³⁹.

A vida de um serralheiro no século XIX não é fácil de traçar. Contudo, após atuada pesquisa na imprensa descobrimos mais alguns dados sobre Francisco da Costa Almeida, que complementam a sua biografia. Assim, Francisco da Costa Almeida pertenceu à Associação dos Serralheiros do Porto, tendo-se demitido da mesma em 1858, por questões internas da associação¹⁴⁰. Sabemos também que Francisco da Costa Almeida casou com uma jovem no final de Janeiro de 1863, estando então com 52 anos e sendo morador na Rua de Camões¹⁴¹. Porém, Francisco da Costa Almeida morreu logo em 2 de Fevereiro de 1863, tendo sido sepultado no Cemitério da Lapa. Ainda no ano anterior, Francisco da Costa Almeida tinha prestado serviços para a Irmandade da Lapa (nomeadamente o fornecimento de gatos para a obra das torres da igreja, chumbadouros, etc.). Pouco tempo após a morte de Francisco da Costa Almeida, noticiou-se um leilão de objectos de ferro na Rua de Camões, n.º 35. O seu sucessor foi Joaquim Neto Rosa, de 23 anos, que se estabeleceu então na oficina da Rua de Camões, n.º 35, anunciando fazer – sobretudo – camas, grades, fogões e engenhos de moer café¹⁴².

A trasladação

Após o assentamento do portão do jazigo-capela, poderia finalmente ser realizada a trasladação dos restos de António Bernardo Ferreira. Foram logo tratados os convites¹⁴³. Mesmo assim, levantaram-se dúvidas sobre se era conveniente fazer num só dia a função fúnebre para António Bernardo Ferreira e depois uma outra para os quatro caixões restantes¹⁴⁴.

Entretanto, Antónia Adelaide Ferreira ofereceu trinta moedas de ouro à Ordem Terceira de S. Francisco, por ter disponibilizado o seu cemitério catacumbal, onde

¹³⁹ Cf. IDEM, *Documentos de caixa*, 1849.

¹⁴⁰ Cf. "O Ecco Popular", n.º 286, 18 de Dezembro de 1858.

¹⁴¹ Cf. "O Commercio do Porto", Fevereiro de 1863.

¹⁴² Cf. "O Commercio do Porto", n.º 88, 20 de Abril de 1863, p. 4.

¹⁴³ Cf. A.H.A.A.F., Pasta com documentos avulsos sobre o Cemitério do Peso da Régua. Carta de 20 de Agosto de 1849.

¹⁴⁴ Cf. IDEM, *Ibidem*. Carta de 21 de Agosto de 1849.



esteve depositado António Bernardo Ferreira por alguns anos¹⁴⁵. Em 23 de Agosto de 1849 havia já ordem para tirar o corpo de António Bernardo Ferreira das ditas catacumbas¹⁴⁶. O cadáver foi transportado para a Régua a 29 de Agosto de 1849, num barco da família Ferreira¹⁴⁷. Porém, segundo o Livro de Lembranças, foram dois barcos para a Régua: um ia de luto, com o cadáver; o outro ia com o Padre Mestre Inocêncio, José João Silva Azevedo, o armador, os criados, etc.¹⁴⁸.

Foi também levada para a Régua a quantia de 400\$000, destinada a esmolas, quantia que não foi toda distribuída¹⁴⁹. No cemitério, só se distribuíram 120\$880 aos pobres, despendendo-se mais 14\$400 para esmolas particulares e 14\$400 de gratificação a José Luís de Sousa Neves. Sobraram 250\$320, que ficaram na Régua e que foram - um ano depois - distribuídos aos parentes mais pobres de Antónia Adelaide Ferreira na Régua, por sua iniciativa¹⁵⁰.

A trasladação e a própria inauguração do novo Cemitério do Peso da Régua foi feita a 1 de Setembro de 1849. Em carta de 4 de Setembro de 1849 dirigida a um jornal portuense, F. G. Carneiro refere que o Cemitério da Régua tinha sido *"mandado construir de proposito pela Ex.ma viuva [de António Bernardo Ferreira], que concorreu generosamente com toda a despeza daquella obra magnífica - a única acabada com perfeição e elegancia na nossa província"*¹⁵¹. O acto solene de inauguração tinha sido *"tão pomposo e solemne, como nunca outro se viu nesta villa"*¹⁵².

Sabemos das despesas deste acto. Por exemplo, a cera que ardeu no barco que transportou António Bernardo Ferreira para a Régua importou em 3\$600¹⁵³. A 21 de Setembro de 1849 foram também entregues dez moedas (48\$000) à criada Joana do Carmo, para esta fazer chegar a quantia ao Pe. Mestre Inocêncio, pelo incómodo de acompanhar o cadáver até à Régua¹⁵⁴. A 22 de Setembro de 1849 foi também paga ao armador José da Silva a conta da despesa feita com a condução de António Bernardo Ferreira do Cemitério de S. Francisco para o barco, num total

¹⁴⁵ Cf. "Periódico dos Pobres no Porto", n.º 197, 21 de Agosto de 1849, p. 789. As trinta moedas de ouro correspondiam a 144\$000 e o recibo foi passado em 21 de Agosto de 1849.

¹⁴⁶ Cf. A.H.A.A.F., Pasta com documentos avulsos sobre o Cemitério do Peso da Régua.

¹⁴⁷ Cf. "Periódico dos Pobres no Porto", n.º 204, 29 de Agosto de 1849, p. 818.

¹⁴⁸ Cf. A.H.A.A.F., *Livro de Lembranças III*, 1845-1850, fl. 72.

¹⁴⁹ Cf. IDEM, Pasta com documentos avulsos sobre o Cemitério do Peso da Régua.

¹⁵⁰ Cf. IDEM, *Livro de Lembranças III*, 1845-1850, fls. 73 e 91 (25 de Junho de 1850).

¹⁵¹ Cf. "Periódico dos Pobres no Porto", n.º 218, 14 de Setembro de 1849, p. 873.

¹⁵² Cf. *Ibidem*, n.º 218, 14 de Setembro de 1849, p. 873.

¹⁵³ Recebeu a quantia Bártolo Barros Freire. Cf. A.H.A.A.F., Pasta com documentos avulsos sobre o Cemitério do Peso da Régua.

¹⁵⁴ Cf. IDEM, *Ibidem*.

de 19\$375, sendo: 4\$800 de direitos paroquiais para o Abade de S. Nicolau; \$600 da encomendação ao Cura; \$480 ao sacristão de S. Francisco; 7\$735 da cera; e 1\$440 de pintar as armas para a armação¹⁵⁵. O armador José da Silva recebeu em 25 de Setembro de 1849 a quantia acordada (440\$000) e ainda uma gratificação de 24\$000 dada por iniciativa de Antónia Adelaide Ferreira.

Antes de fazermos uma descrição do Cemitério do Peso da Régua e do jazigo-capela dos Ferreira, lembramos que Antónia Adelaide Ferreira sobreviveu muitos anos a António Bernardo Ferreira, tendo casado em segundas núpcias. Transformou-se quase numa mulher lendária, uma verdadeira Senhora do Douro. Quanto ao Comendador José Bernardo Ferreira, que foi casado com Margarida Rosa Ferreira, este riquíssimo e prestigiado comerciante da Régua faleceu em 1853. Uma notícia necrológica referiu-se-lhe deste modo:

“o ferreo portão da catacumba abriu-se de par em par – a lousa do sepulchro rangeu (...) e o snr. José Bernardo Ferreira foi escondido para sempre (...) O cemitério era obra delle; ali tinha gasto muito dinheiro, e só para a sua família reservara uma catacumba, cedendo tudo ao uso do público; não entrava pois [o seu cadáver] na morada dos mortos – mudava de residência para uma propriedade sua (...)”¹⁵⁶.

Esta descrição faz crer que a iniciativa da construção do cemitério e do jazigo-capela não foi de Antónia Adelaide Ferreira. Porém, como não nos cansámos de realçar, é Antónia Adelaide Ferreira que nos surge sempre referenciada como a ideóloga do cemitério e do jazigo-capela que efectivamente se construiu, participando José Bernardo Ferreira apenas nas decisões mais importantes, como patriarca da família. De qualquer modo, de tal forma a família Ferreira teve influência na construção do Cemitério da Régua que pode afirmar-se ter sido este um cemitério particular cedido ao uso do público. Trata-se, provavelmente, do exemplo mais eloquente que conhecemos em Portugal. Mas outros existiram nas décadas seguintes, sobretudo no norte do país.

Análise do jazigo-capela da família de António Bernardo Ferreira

O Cemitério da Régua ainda hoje ostenta as benfeitorias mandadas construir por Antónia Adelaide Ferreira, embora com ligeiras modificações, nomeadamente no modesto interior da capela do cemitério, que terá sido reformado.

¹⁵⁵ Cf. IDEM, *Ibidem*.

¹⁵⁶ Cf. “Periódico dos Pobres no Porto”, n.º 210, 6 de Setembro de 1853, pp. 1620-1621.



O Cemitério da Régua foi colocado num local bem elevado, a pouca distância da Igreja Matriz do Peso da Régua. Foi seguida a lei cemiterial de 1835, até no facto de ter levado uma boa capela mortuária e um portal. Como se viu, são obras contemporâneas do jazigo-capela da família Ferreira e existem mesmo algumas semelhanças.

Começamos pelo jazigo-capela, edificação em granito, de grande dimensão, que foi erigida logo ao lado da capela do cemitério. Esta última, embora seja de maior dimensão, não se compara em qualidade artística, quer interior quer exteriormente, ao jazigo-capela.

O jazigo-capela, construído pelo mestre Manuel Domingos da Costa Barreira e com risco provável de algum dos Costa Lima, é de uma linguagem clássica, com cornija de moldura pronunciada e friso de óvulos (figura 3). A fachada sugere dois cunhais apilastrados de suporte a um entablamento clássico liso, apenas com uma tabela simples e dois tríglifos, na linha dos capitéis das pilastras, os quais são ornados por duas cartelas com gotas. Como remate da fachada, existe um grande pedestal em arco inflectido, à maneira de frontão, onde pende um festão em grinalda suportado por duas cartelas. Todo o conjunto é encimado por uma urna clássica, a qual possui algumas semelhanças com a que foi desenhada pelos Costa Lima para o mausoléu que encerra o coração de D. Pedro IV, na Igreja da Lapa, nomeadamente as caneluras em todo o diâmetro central e a solução do panejamento suspenso pelas duas asas da urna.

Trata-se de uma capela abobadada, sem telhado, assemelhando-se a uma capela catacumbal, no estilo das mais antigas existentes na secção lateral do Cemitério da Lapa. Porém, neste caso da Régua temos um raríssimo exemplo deste tipo de capela que não definiu uma secção lateral. Trata-se de uma construção isenta colocada imediatamente ao lado da capela mortuária. Por essa razão, teve de ser decorada em todas as faces. Tal facto confere ainda mais importância a esta capela, pela maneira como foram solucionados os paramentos laterais e posterior, que repetem a decoração da fachada, sendo de notar duas gárgulas para escoamento de águas nas traseiras do jazigo-capela.

Apesar de filiada na estética das capelas laterais do Cemitério da Lapa que lhe são anteriores, a decoração do jazigo-capela dos Ferreira é diferente destas. É notável a decoração que enquadra o portal, este ligeiramente recuado e com umbrais e arco lisos de molduras, à excepção da pedra de chave do arco, ostentando uma cartela decorada com feixe clássico de escudetes discóides sobrepostos. Esta solução decorativa para o enquadramento do portal não a observámos em nenhuma outra capela sepulcral desta época em Portugal.

Quanto ao portão da capela, é claramente influenciado pela estética dos portões de jazigo-capela que então existiam no Cemitério da Lapa. Notamos mesmo semelhanças com o portão da capela lateral n.º 4, até no estilo de execução (as fechaduras por exemplo) e, na base, notamos também semelhanças com o portão da capela lateral n.º 19, dos Castro Pereira (figura 4).

O portão do jazigo-capela dos Ferreira, com um desenho simples de varões paralelos que se prolongam pela bandeira, permite completa visibilidade para o interior. Apenas no centro irradiador da bandeira existe um pequeno motivo de ornato (meio florão). Na base, cada batente possui dois módulos com cruz de Santo André, sem mordente, havendo apenas um motivo simples quadrangular definindo o cruzamento dos varões. Mais abaixo, existe uma faixa muito simples de duas arcadas e duas grinaldas entrelaçadas.

Este portão, como se viu, foi executado por Francisco da Costa Almeida, substituindo o que o mestre de Lobrigos tinha feito e que se encontrava mal executado. Supomos que este portão tenha seguido o mesmo risco a que teve também de se sujeitar o mestre de Lobrigos, risco esse que veio do Porto através de Emídio Amatucci, que já adiantámos poder ser autor do dito risco, embora não encontremos elementos estéticos no portão que nos permitam afiançar essa hipótese.

O interior do jazigo-capela dos Ferreira também denota influência das estéticas do Cemitério da Lapa que, como vimos, foram claramente pretendidas na solução adoptada para guarnecer o nicho do altar (figura 5). Quanto ao altar propriamente dito, é um dos mais interessantes de toda a arquitectura tumular portuguesa do Romantismo. O nicho côncavo e liso de molduras, à maneira neopaladiana, é enquadrado por ressaltos de pilastras lisas que se desenvolvem para uma espécie de entablamento, onde os tríglifos propostos para a fachada se transformam quase em pequenos colonelos, flanqueando uma tabela que simula estar suspensa de um florão no topo da cornija, através de uma argola. Esta tabela possui uma inscrição em latim com letras pintadas de dourado (figura 6). Note-se que esta inscrição não alude à família, o mesmo se passando no exterior da capela¹⁵⁷. Tal como no Cemitério da Lapa, as referências à família têm de ser encontradas nas lápides de ardósia que fecham os gavetões, as quais são efectivamente trabalhadas e com puxadores em metal aplicados, simulando duas mãos.

No nicho existe um pequeno calvário em lioz (a “*cascata*” referida nos documentos analisados) com crânio e duas tíbias, tudo encimado por uma cruz ao

¹⁵⁷ No exterior da capela foi adicionada, há alguns anos, uma placa de homenagem a D. Antónia Adelaide Ferreira.



rústico em mármore azulado. Trata-se dos únicos elementos da construção sepulcral nestes materiais pétreos considerados mais nobres. Contudo, a decoração da abóbada – ligando de forma ilusionista as duas paredes de gavetões (figura 7) – e a própria forma do altar superam em refinamento as capelas que então existiam no Cemitério da Lapa.

É muito interessante e original todo o interior do jazigo-capela, notando-se algumas pequenas semelhanças na base do altar com o mesmo elemento arquitectónico no interior da capela n.º 19 lateral do Cemitério da Lapa, sobretudo pelas caneluras e pelo talhe da pedra, oblíquo ao paramento. Quanto à solução da tabela colocada sobre o nicho, lembra-nos a capela n.º 7 lateral do Cemitério da Lapa e outras do mesmo género, como as capelas geminadas n.º 9 e n.º 10 do Cemitério, da Lapa. Estas últimas possuem uma empena em forma de arco inflectido, um pouco como na capela dos Ferreira. Podemos também encontrar na capela n.º 19 lateral do Cemitério da Lapa a mesma configuração do coroamento, bem como o mesmo formato simples da tabela no exterior e as mesmas cartelas como elemento simulado de sustentação de festões. Todas estas capelas do Cemitério da Lapa que possuem alguns elementos arquitectónicos semelhantes à capela dos Ferreira foram por nós atribuídas ao risco dos Costa Lima, mais provavelmente, Joaquim da Costa Lima Júnior.

Infelizmente, não apurámos em tempo útil se havia algum elemento iconográfico em relevo na base do altar da capela dos Ferreira, visto que estava esta parcialmente oculta por flores, quando ali fotografámos o jazigo. De qualquer modo, podemos concluir que esta capela é uma obra austera e monumental – vejam-se os dois degraus semicirculares de acesso ao portal – ao gosto do que era proposto no Cemitério da Lapa. Porém, em alguns aspectos, esta capela é mesmo de maior qualidade que as capelas até então existentes no Cemitério da Lapa – menos fria, mais original no risco, de excelente execução e, sobretudo, mais nobilitada pelo facto de ter à vista os paramentos laterais e posterior.

O jazigo-capela da família Ferreira é claramente único no seu género e um dos melhores exemplos de arquitectura tumular oitocentista em Portugal. Teve certamente risco de um arquitecto muito capaz, pelo que a hipótese de algum dos Costa Lima é inteiramente plausível, através dos dados que já adiantámos, mesmo que esta não seja uma edificação em que estejam presentes todos os elementos típicos do *estilo* Costa Lima, estilo esse normalmente mais austero nas molduras, com tabelas bem mais enfatizadas. Porém, como não conhecemos o risco original para a capela sepulcral, não podemos excluir a hipótese de ter sido o mestre pedreiro executante a modificar o risco e a torná-lo um pouco mais decorado.

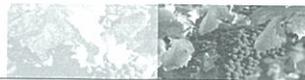
Curiosamente, não terão existido tentativas evidentes de posterior imitação desta capela dos Ferreira, pelo menos nos cemitérios da região que visitámos. Contudo, notamos algumas semelhanças de pormenor, sobretudo no interior, entre a capela dos Ferreira e as duas mais antigas capelas sepulcrais do Cemitério de Lamego (uma das quais, a da Casa dos Loureiros).

Análise do portal e da capela mortuária do Cemitério do Peso da Régua

Como se viu, o portal de entrada no Cemitério do Peso da Régua (figura 8) foi executado segundo um risco de Joaquim da Costa Lima Sampaio, que certamente incluía o desenho do portão em ferro, como deixa subentender José Luís de Sousa Neves em documento que já analisámos. O formato da bandeira lembra até um portão no cemitério catacumbal da Ordem Terceira de S. Francisco do Porto, cemitério onde Joaquim da Costa Lima Sampaio terá tido intervenção. De qualquer modo, o portão de ferro do Cemitério da Régua é relativamente semelhante ao portão do jazigo-capela dos Ferreira, pelo carácter austero do risco, pelo recurso aos varões de secção circular dispostos de forma paralela no corpo dos batentes e, sobretudo, pelo desenho da base, embora a base do portão do cemitério tenha levado chapa de ferro pelo interior.

Este portão de entrada no cemitério foi executado por Manuel António Joaquim de Sousa (de Lobrigos), o executante do portão do jazigo-capela que foi recusado pelos Ferreira. Se as semelhanças entre os dois portões são notórias, tendo em conta que foram executados por mestres diferentes e de acordo com riscos de desenhadores diferentes, estas semelhanças poderão derivar de uma tentativa comum de filiação num certo estilo então em voga nesta arte. Também podemos considerar a hipótese do desenho para o portão do jazigo-capela ter deliberadamente seguido as linhas já propostas no risco mais antigo para o portão do cemitério – que foi até executado primeiramente - de forma a não tornar as duas obras dissonantes, quer isso tivesse sido opção do desenhador do portão do jazigo-capela ou opção da família.

Na cantaria do portal do cemitério foram efectivamente colocadas duas cartelas, uma em cada lado, com a inscrição de agradecimento da Junta de Paróquia a Antónia Adelaide Ferreira (figura 9). Esta solução é semelhante à que fora adoptada pouco tempo antes no Cemitério de S. Dinis (Vila Real), de agradecimento ao Governador Civil. As semelhanças existem até no facto de as duas cartelas se repetirem no texto, estando num lado em latim e, no outro lado, em português.



A capela mortuária do Cemitério do Peso da Régua (figura 10) possui grandes semelhanças com o portal do cemitério (nomeadamente, no tipo de urnas de remate) e, sobretudo, com o recorte do respectivo portão de ferro: a bandeira do portão do cemitério possui um formato em arco inflectido semelhante à empena da capela do cemitério. Estas semelhanças poderão derivar de um risco comum para as duas edificações - portal do cemitério e capela mortuária - que quase estão em correspondência estética, sobretudo no que diz respeito ao portão de ferro. Por estas razões, a capela mortuária poderá ser igualmente obra baseada num risco antigo de Joaquim da Costa Lima Sampaio. Contudo, poderá ser também uma imitação do estilo proposto para o portal de entrada, já que esta capela mortuária apresenta elementos que nos parecem mais regionais, como as frestas circulares que flanqueiam o portal, fazendo lembrar uma normal capela seiscentista ou setecentista de culto no noroeste português; isto, apesar do tipo de tabela colocada para inscrição (também em latim) nos parecer bastante próximo do estilo neoclássico austero que timbrou os Costa Lima. Este carácter menos austero e mais regional da capela mortuária poderá ser reflexo de alterações introduzidas no risco da obra pelo mestre pedreiro Manuel Domingos da Costa Barreira.

É curioso notar que está praticamente ausente a iconografia fúnebre da cantaria destas duas edificações - portal e capela mortuária. Nesta última, existe uma cartela ostentando a coroa de espinhos, a lança e os cravos da paixão. Apenas o portão do cemitério possui iconografia de significado fúnebre mais óbvio: caveira e tíbias envolvidas por um círculo, ao centro da bandeira, e uma ampulheta alada no topo do portão. São elementos claramente adicionados, trazidos do Porto, como se viu. Como tiveram de ser feitos moldes propositados (talvez modelados pelo próprio Emídio Amatucci), poderão ser peças de modelo único. Quanto à lâmina de ferro ou letreiro do portão, seguiu as indicações dadas quanto à inscrição, que acabou por ser colocada em latim: *"memento homo, quia pulvis es, et in pulverem reverteris"*.

O portal de cantaria do Cemitério do Peso da Régua é modesto, se comparado com os portais do Cemitério da Lapa e do Cemitério do Bonfim (este último, posterior), bem como com os portais projectados para o Prado do Repouso, tudo riscos dos Costa Lima. Se o documento que já citámos não fosse tão peremptório na atribuição a Joaquim da Costa Lima Sampaio do risco do portal de entrada que foi executado para o Cemitério da Régua, não teríamos arriscado uma atribuição nesse sentido, tantas são as diferenças entre este portal de cantaria e o estilo mais comum nos Costa Lima. Todavia, em relação ao risco do portão de entrada no Cemitério da Régua, já teríamos menor dificuldade em nele assinalar soluções típicas dos Costa Lima, muito embora tenhamos poucos termos de comparação relativamente

a serralharia para portões de cemitérios. De facto, o portão do Cemitério da Lapa não tem risco dos Costa Lima (sendo, aliás, bastante decorativo e contrastando com a austeridade do pórtico de cantaria). Por outro lado, os portais previstos pelos Costa Lima para o Prado do Repouso não incluem desenho dos portões de ferro. Temos, no entanto, dois termos de comparação: o tipo de portão projectado para as catacumbas previstas para o Prado do Repouso e o portão projectado (mas não executado desse modo) para o Cemitério do Bonfim, ambos projectos dos Costa Lima. Comparando-se estes dois exemplos com o portão do Cemitério da Régua, encontramos várias semelhanças, salvas as devidas diferenças contextuais (não existe um arco de cantaria no caso da Régua, assumindo a bandeira necessariamente um formato diferente). Podemos enumerar elementos comuns nos três casos: o geometrismo e o despojamento das linhas (sem volutas), a utilização de uma malha simples de varões paralelos no corpo dos batentes e o recurso a uma faixa de formas semi-ovóides com apêndice ondulante, como elemento de remate no espaço entre os varões.

Até que surjam provas em contrário, teremos de nos fiar no suporte documental. No entanto, não é de excluir que o projecto de Joaquim da Costa Lima Sampaio tenha sido adoptado no portal do Cemitério da Régua apenas parcialmente, tal como já assinalámos em relação à capela mortuária, que possui semelhanças com o portal de entrada, mas também ostenta elementos que nos parecem mais regionais. Talvez o mestre pedreiro Manuel Domingos da Costa Barreira tenha imprimido alterações a este risco de Joaquim da Costa Lima Sampaio, quer ele incluísse já uma capela mortuária ou não. Lembremos que Manuel Domingos da Costa Barreira era do Alto Minho e que Joaquim da Costa Lima Sampaio já não era vivo para fiscalizar a obra e o cumprimento do risco. Supomos que nem sequer Joaquim da Costa Lima Júnior tenha tido qualquer papel fiscalizador, não só porque a Régua ficava algo distante para um arquitecto que tinha tanto serviço a fazer no Porto, mas também porque não encontrámos quaisquer indícios documentais que apontem para a intervenção directa de Joaquim da Costa Lima Júnior na obra do Cemitério da Régua. Mais provável é ter havido uma encomenda de risco e/ou recurso a um risco mais antigo do seu tio para a obra do cemitério, incluindo talvez o jazigo-capela, mas este risco ter sido seguido livremente pelo mestre pedreiro.

De qualquer modo, a obra do Cemitério do Peso da Régua é um exemplo interessantíssimo de mecenato cemiterial, resultando num cemitério moderno que apelou mais precocemente a outras construções, graças também ao exemplo do magnífico jazigo-capela dos Ferreira.



Conclusão

Embora seja sobejamente conhecida a figura de D. Antónia, a sua intervenção na construção do Cemitério da Régua tinha sido até hoje injustamente negligenciada. Graças a vários anos de pesquisa e de comparação, é hoje possível ter uma ideia clara da real importância desta obra, precisamente a primeira em que D. Antónia se destacou como mecenas, para além de empreendedora e gestora de negócios.

Na obra do Cemitério da Régua e, mais concretamente, na capela sepulcral da família Ferreira, atingiu-se uma rara e invulgar síntese entre vários estilos regionais, graças à mobilidade de artistas incentivada por D. Antónia, com destaque para o binómio Porto – Régua: Manuel Domingos da Costa Barreira, um hábil mestre pedreiro minhoto que viria a deixar também uma marca estética muito forte em toda a região da Régua e Lamego (o Santuário dos Remédios, por exemplo), de Mangualde (o Santuário do Castelo) e de Castro Daire (onde interveio na Igreja Matriz); Emídio Amatucci, o melhor ornatista de mármore do seu tempo no Porto, embora tenha vindo de Lisboa (onde nasceu); os marcantes arquitectos portuenses Costa Lima; Francisco da Costa Almeida, um dos melhores serralheiros do Porto de então; o serralheiro de Lobrigos – fosse ele hábil ou nem tanto; vários outros artistas que intervieram neste processo.

Em suma, a obra do Cemitério do Peso da Régua é, pois, um exemplo interessantíssimo de mecenato cemiterial, tendo resultado numa necrópole moderna. Esta modernidade apelou mais precocemente a outras construções, graças também ao exemplo do magnífico jazigo-capela dos Ferreira, o qual é único no seu género e um dos melhores exemplos de arquitectura tumular oitocentista em Portugal.



Fig. 1



Fig. 2



Fig. 3



Fig. 4



Fig. 5

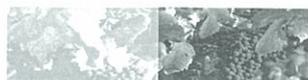


Fig. 6

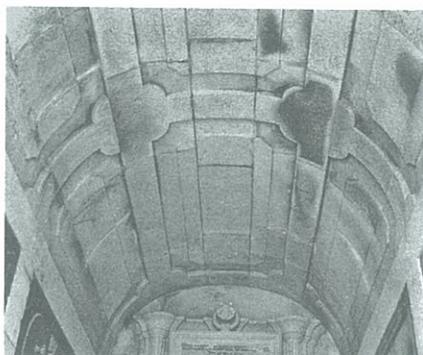


Fig. 7



Fig. 8



Fig. 9

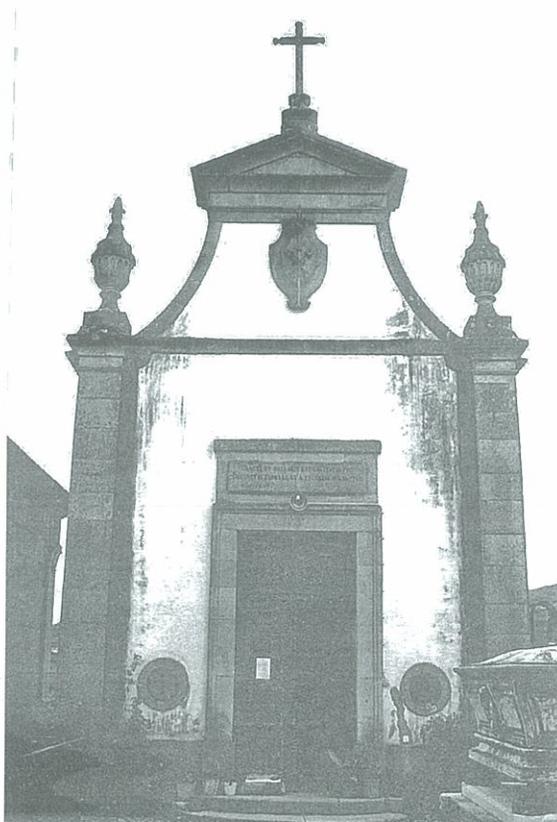


Fig. 10

